

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
MARCOS ZERBINI - PSDB**

**30.11.2016**

**CPI - MERENDA****30.11.2016**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízo ao erário.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Barros Munhoz, Estevam Galvão, Adilson Rossi, Delegado Olim, Marcia Lia e Beth Sahão.

Peço à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Começamos hoje com as oitivas do Sr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo.

Solicito à assessoria para que, por favor, traga o professor Herman até aqui.

Já contamos com a presença do nosso sempre secretário da Educação, professor Herman. Quero primeiramente agradecer, professor, por sua presteza em vir prestar esclarecimentos a esta CPI.

Da minha parte, quero dizer que eu achava desnecessária a vinda do senhor, mas em função de não deixar nenhuma dúvida da lisura do seu comando junto à secretaria, nós entendemos por bem deliberar a sua vinda aqui. Quero de antemão agradecer.

A praxe aqui tem sido as pessoas contarem um pouquinho a sua passagem pelo poder público. Acho que isso é desnecessário. O senhor, como secretário, todos acompanharam. Eu acho que em função disso entramos direto nas perguntas, nos questionamentos, porque acho completamente desnecessário que o secretário faça um apanhado da vida dele na Secretaria da Educação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os deputados, o Sr. Herman e todos que estão na reunião, servidores, imprensa.

Primeiro, a convocação do professor Herman foi aprovada por consenso pelos deputados aqui que estavam na ocasião. Votaram favoravelmente.

Vir aqui à CPI não significa qualquer pré-julgamento. Só estamos fazendo o trabalho de apuração naquilo que nos cabe, naquilo que temos obrigação.

Eu acho importante, mais uma vez, até por coerência, que nós procedamos da maneira como nós procedemos em relação às demais pessoas. Se o professor pudesse falar sobre o período que ele esteve na Secretaria da Educação.

Como era a composição da equipe? O que ele sabe sobre esse fato? O que ele pode trazer de informação, antes mesmo das perguntas serem feitas pelos deputados? Por mais que nós saibamos que ele foi secretário e o período em que esteve, ele teve um trabalho junto à equipe nessa parte também da merenda, da alimentação escolar, e, portanto, nós queremos saber um pouco sobre isso.

Eu, particularmente, considero necessário que faça...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É que eu acho bastante genérica essa questão, deputado, mas façamos o seguinte. Eu acho que o senhor podia dizer um pouquinho o que ele acha necessário ser dito e se teve algum contato, alguma relação com qualquer dos integrantes da Coaf no período em que o senhor esteve na frente da secretaria, e acho que contar um pouquinho como o senhor ficou sabendo das informações. Que informações o senhor conhece dessa chamada Operação Alba Branca, de uma forma geral?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui.

Vou contextualizar um pouquinho, no sentido do convite que foi feito pelo governador em 2010, para que eu estivesse à frente da secretaria, depois quais foram as minhas ações na secretaria e, na sequência, atender o pedido que o senhor faz.

Eu fui vice-reitor da Unesp, depois fui eleito reitor da Unesp, e em 2010 estava na metade do mandato. Em dezembro, o governador Geraldo Alckmin já havia sido eleito, e ele me chamou, sem que eu tivesse qualquer tipo de ideia de que isso viria a acontecer.

Ele me chamou e me convidou para estar à frente da Secretaria do Estado da Educação. Disse quais seriam as minhas prioridades, ou o que eu enxergava de Educação Básica.

Eu fui muito honesto com o governador. Eu falei: “Governador, minha vida é o Ensino Superior”. Eu, de aluno da Unesp, tornei-me reitor da Unesp. Sou uma pessoa que foi vinculada ao Ensino Superior público a minha carreira toda. Quase 40 anos de Ensino Superior público. Como já disse, de aluno a reitor da universidade.

Não entendia a Educação Básica, não conhecia a Educação Básica pública. Tinha uma ideia muito preconceituosa a respeito da Educação Básica pública, muito meritocrática, que é o que as universidades fazem, de maneira geral. Tinha uma leitura do conceito da qualidade muito ruim da Educação Básica, que eu não entendia.

Mas eu tinha uma grande leitura baseada na minha experiência no Ensino Superior, que é a seguinte. A diferença no Ensino Superior público no país, nas universidades públicas, quer sejam estaduais, quer sejam federais, é uma só. É o professor. É a carreira do professor de dedicação integral à docência e pesquisa, de que não há Educação, quer seja básica, quer seja superior, que seja de qualidade, se você não tiver professores que estejam absolutamente comprometidos.

Isso significa viabilizar política salarial, carreira, condições de trabalho e formação, e que meu foco seria a área de recursos humanos.

Eu iria me concentrar muito, porque tecnologia é importante, ela virá a acontecer. Condição de infraestrutura de escolas é fundamental, e isso ocorre, mas nada acontece se o professor na frente da sala de aula não tiver o absoluto domínio da disciplina e não viabilizar o aprendizado das crianças. É ponto - na minha opinião - básico da Educação.

Qualquer que seja a medida que venha a ser tomada em âmbito estadual, federal ou municipal... Se ela não focar a questão do professor, a Educação não melhorará. Pode mudar medida provisória, pode mudar lei, pode mudar currículo, pode mudar o que quiser. Se não trabalhar a questão do profissional, não resolve.

Bom, o governador me convidou e eu tomei posse da secretaria. Não conhecia nenhum funcionário da secretaria, nenhum. A minha vida, como havia dito, era no Ensino Superior. A única pessoa com a qual eu tinha um contato enquanto reitor, porque me visitou na reitoria da Unesp para pedir a possibilidade de liberação de um prédio da Unesp para a Secretaria do Estado da Educação, na Avenida Rio Branco, foi o chefe do gabinete, na época, que era o Fernando Padula.

Ele eu conhecia, porque ele esteve na reitoria. Eu disse a ele da inviabilidade de poder ceder o prédio, porque a nossa fundação funcionava naquele prédio. Foi o único contato.

Voltando à secretaria, minha estratégia foi de trabalhar com as pessoas que estavam na secretaria, haja vista que vinham de gestões que, na minha opinião, fizeram muita coisa boa, que viabilizou o estado de São Paulo que construísse, ou estivesse construindo, e está construindo, a passos menos agressivos do que eu gostaria, mais condições para que a Educação Básica em São Paulo também caminhe para um conceito de qualidade.

Eu mantive as pessoas da secretaria. Chegando na secretaria... Eu gosto muito de gestão. Sou uma pessoa que entende de gestão.

Perdoe-me alongar, deputado, mas foi pedido para que eu fizesse uma contextualização, e eu acho importante.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O senhor fique à vontade para explicar aquilo que for necessário.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Se eu estiver cansando vocês me interrompam, por favor, mas eu preciso contextualizar, para vocês entenderem o que é a secretaria hoje, ou, pelo menos, o que era a secretaria enquanto eu estive à frente dela.

Cheguei na secretaria e percebi uma estrutura que não dava conta das inúmeras atividades da Secretaria do Estado da Educação, porque, na realidade, a Educação mudou muito, ela incorporou questões de outras políticas públicas que até anos atrás, quando se falava de Educação Básica de qualidade, não estavam pautadas, e hoje estão pautadas.

Quer dizer, há uma questão de outras ações que devem ser executadas que faziam com que a secretaria não tivesse uma estrutura que viabilizasse a atendimento. Eu percebi, porque me foi apresentado, que a Fundap fez um trabalho na secretaria de reestruturação administrativa da secretaria.

Eu chego, estudo o trabalho que foi feito de reestruturação e despacho com o governador dizendo: “Governador, a proposta de uma nova estrutura administrativa da secretaria, no meu entendimento, vem para poder viabilizar e resolver as dificuldades que a secretaria tem hoje”.

Quando é que eu percebi isso? Eu percebi porque, concomitante, no primeiro semestre de 2011, à leitura desse material, ao estudo desse material, eu me reuni com quase 20 mil profissionais da Educação Básica de São Paulo.

Reuni-me com professores, funcionários, servidores de todas as categorias e pedi para que eles se manifestassem documentalmente e se manifestassem em reuniões de trabalho com milhares de pessoas a respeito da Educação Básica pública no estado de São Paulo. Por que funcionava? Por que não funcionava?

Quais eram as sugestões que porventura gostariam de dar a um secretário que, de forma muito honesta, disse para ele o seguinte: “Eu não conheço Educação Básica pública. Conheço o Ensino Superior público como poucas pessoas neste país conhecem, mas não conheço a Educação Básica. Então, passem para mim a leitura de vocês, que estão na ponta”.

Recebi mais de seis mil propostas de interferência na Educação documentadas por professores, diretores, supervisores, servidores administrativos. Enfim, por todos os segmentos que compõem o quadro da Secretaria do Estado da Educação.

Eu me manifestei. Escrevi até um livro sobre isso. Documentos riquíssimos sobre a qualidade pedagógica das propostas. Esses documentos permitiram, à medida que eu recebia esses documentos e os estudava, que eu propusesse na secretaria a construção de um programa de Educação em São Paulo.

Esse programa de Educação no estado de São Paulo tem dois grandes focos. O primeiro deles é o foco no aluno. É de que, efetivamente, as ações da secretaria se concentrem no aluno, e que o estado de São Paulo busque a construção de uma qualidade na Educação Básica, a exemplo do que já conquistou no Ensino Superior, e de que a carreira do professor esteja entre as dez carreiras mais importantes, para que os jovens, quando ingressarem nas universidades, procurem.

O programa chama-se “Educação - compromisso de São Paulo”. Esse programa “Educação - compromisso de São Paulo” foi construído baseado nos documentos que a secretaria recebeu dos profissionais da Educação no estado de São Paulo.

Esse programa foi lançado através de um decreto do governador, concomitantemente à mudança da estrutura administrativa da secretaria. Porque eu entendi que a estrutura que havia sido proposta era absolutamente linear, no que diz respeito à sua interface com o programa.

Porque a estrutura que havia sido proposta para a secretaria criou... Porque estão em funcionamento seis coordenadorias, que respondem pelas áreas de recursos

humanos, infraestrutura e serviços escolares, informática, orçamento e finanças, formação de professores. Todas as coordenadorias, cada uma delas no conceito de entrega, executavam as ações para que quando o aluno estivesse na escola ele pudesse ser transportado, material didático na escola, a escola preparada, a merenda preparada e o professor na sala de aula.

Esse é o conceito da nova estrutura da Secretaria Estadual de Educação que traz nas coordenadorias toda uma estrutura administrativa para que cada uma delas realize o seu trabalho, e faz com que os coordenadores das coordenadorias sejam ordenadores de despesa. São unidades orçamentárias. É um processo de descentralização.

Para quem, como eu conheço hoje bem Educação base no estado de São Paulo, pega um estado que tem mais de cinco mil escolas, mais de quatro milhões de alunos e mais de 200 mil professores e servidores, a estrutura descentralizada, preparada com responsabilidade, viabilizará que as questões cheguem às escolas.

Essa nova estrutura administrativa foi criada em 2011, através de um decreto do governador, e implantada em 2012. Em 2012, a secretaria começa com uma nova vida, uma nova estrutura administrativa, que fundamentalmente faz com que você descentralize as ações e passe para as diretorias de ensino um papel, que até então, as diretorias de ensino não desempenhavam. Minha leitura é muito clara. É fundamental que a secretaria dite as políticas, mas que a execução esteja sendo feita pelas diretorias de ensino porque elas estão muito mais próximas das escolas e das realidades das escolas.

Enfim, deputado essa é a história. A minha ação na secretaria sempre foi na busca de uma condição melhor de salário e carreira para os professores. O estado de São Paulo, em 2011, eu preparei - eu conheço a questão orçamentária - uma política salarial de quatro anos. Trouxe a esta Casa. Esta Casa aprovou dois projetos de lei - se não me falha a memória, porque estou afastado da secretaria há um ano: 1.143 e 1.144, que cria uma política salarial de quatro anos.

Os servidores da Educação em São Paulo, quer sejam professores, quer sejam funcionários, através dessa lei que esta Casa aprovou, a lei sinaliza a política salarial para 2011, 2012, 2013 e 2014 e criou as condições de uma carreira. Na secretaria, eu constitui uma comissão paritária em que todas as entidades ligadas ao Magistério estavam presentes. Em mais de 30 reuniões, nós traçamos e construímos o modelo da carreira aqui no estado de São Paulo.

Então, as minhas ações, como secretário, sempre foram no sentido de entender aquilo que eu havia dito para o governador em 2010. A diferença na Educação, quer seja Superior, quer seja pública, não está nas condições de estrutura, não está na tecnologia - claro tudo isso é fundamental: está no comprometimento, na qualidade e na presença do professor na sala de aula. Enfim, esse é um resumo rápido de uma passagem de cinco anos pela secretaria.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Passamos às perguntas. Primeira inscrita, deputada Beth Sahão. São 9 horas e 34 minutos. Portanto, até as 10 horas e 34 minutos quem quiser pode se inscrever para fazer perguntas ao professor Herman Voorwald.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Primeiramente, quero cumprimentar o Sr. Presidente, deputados e deputadas desta comissão. Cumprimento também o ex-secretário Herman, agradecendo pela presença na CPI.

O senhor fez uma síntese da sua atuação. Gostaria também de solicitar a V. Sa. que falasse um pouco também da organização do sistema da merenda na secretaria, já que esse é o objeto da nossa CPI, o principal deles, e como é que ela funcionava.

O senhor disse a respeito da reestruturação que o senhor fez, das aberturas das entidades ligadas à Educação, o seu preconceito inicial em relação ao Ensino Básico, Ensino Fundamental, mas depois o senhor tomou gosto pela sua atuação como secretário. Mas eu senti falta, nesse preâmbulo, da sua atuação no que diz respeito à questão da merenda. Então, eu queria que o senhor fizesse uma síntese a esse respeito, para que depois eu pudesse, se possível, fazer alguns questionamentos ao senhor.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Até 2011, deputada, o Departamento de Suprimentos Escolares, o DSE, cuidava da questão da merenda. A partir da nova estrutura administrativa que foi implantada, o decreto assinado no segundo semestre de 2011, prepara a secretaria para essa mudança cultural que foi muito complexa.

A mudança da estrutura administrativa foi muito difícil no sentido de as pessoas sempre reagirem a qualquer tipo de mudança. Então, a reação foi do tipo: “Bom, eu estava aqui, agora estarei lá”. Mas, enfim, nós trabalhamos durante o ano a mudança da estrutura. No dia 1º de janeiro de 2012, começa uma nova estrutura. Essa nova estrutura



traz, de forma muito resumida, o gabinete, que tem apensado a ele o Conselho Estadual de Educação, que é o órgão legislativo da secretaria, que aprova os convênios, que dita as políticas legislativas na área da Educação no estado de São Paulo. Ele tem um comitê de políticas educacionais, que é um órgão assessor da secretaria. Esse comitê de políticas educacionais é composto pelos coordenadores que vem embaixo.

Ligados ao gabinete mais embaixo, de forma horizontal - de forma horizontal porque não há diferença hierárquica, todos eles atuam de forma horizontal. São seis coordenadorias. Vou ditar o nome das seis, lembrando que não é por ordem de importância. Temos a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, que se chama CGRH; a segunda coordenadoria é a Cise, Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares; a terceira coordenadoria é a Cofi, Coordenadoria de Orçamento e Finanças; a quarta coordenadoria cuida da questão de informática e avaliação, é a Cima, Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; e a última coordenadoria é a Escola de Formação de Professores, que foi criada para a formação continuada de professores, é a Efap.

Cada uma dessas coordenadorias são unidades orçamentárias. Quando o orçamento é discutido, elaborado e aprovado, cada uma das coordenadorias tem, de acordo com as entregas, as suas atribuições e responsabilidades dentro dos programas nos quais fazem gestão, e sabem do orçamento que terão para poder, no ano em que se inicia o Orçamento, os programas que serão executados.

O Comitê de Políticas Educacionais reunia-se, enquanto eu estava lá, a cada 15 dias. São esses coordenadores que definem as ações e analisam os resultados dos diversos programas, das diversas coordenadorias. Esqueci-me de citar uma das coordenadorias que é a Cgeb, que é a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Então, são seis coordenadorias.

A Cgeb fundamentalmente cuida das políticas pedagógicas, material didático. E a coordenadora é quem faz a gestão - uma vez definida pelo Comitê de Políticas Educacionais e aprovado pelo comitê - do início de um processo até a liberação de recursos. Fica dentro da coordenadoria. Uma vez definido pelo comitê, ela dispara qualquer que seja o processo. Esse processo é acompanhado pela coordenadoria e, no final, inclusive a liberação de recursos é definida por ela.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Essas coordenadorias respondem diretamente ao senhor.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Os coordenadores, sim. As coordenadorias atuam no sentido de cada uma delas... Uma vez os programas estando contemplados com recursos orçamentários, por terem sido considerados prioritários pelo Comitê de Políticas Educacionais, a gestão dos programas e a liberação dos recursos e o andamento dos programas, isto, na estrutura, é definido pela coordenadoria. É como unidade orçamentária. Todas as seis são unidades orçamentárias.

Vamos voltar para a Cise, que é a coordenadoria que V. Exa. colocou em questão. A Cise é a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares. Ela cuida de transportes, merenda, mobiliário e, uma das questões mais complexas, define as prioridades de obras novas/reformas escola. Por exemplo: nós assinamos um Termo de Ajustamento de Conduta, eu assinei com o Ministério Público, que é o TAC de acessibilidade.

O estado de São Paulo tinha, até eu assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, três mil escolas sem acessibilidade. O que estava ocorrendo eram ações pontuais em municípios determinando que se fizesse, por ordem de decisão judicial, essas acessibilidades de determinadas escolas, o que estava conflitando com o plano de obras de acessibilidade da própria secretaria, feito de antemão. Na realidade, a estratégia da secretaria era, pelo menos, garantir acessibilidade no local que pudesse atender crianças muito próximas, que estivessem em cidades muito próximas daquela escola. No momento em que as ações judiciais começam ocorrer, a senhora perde o controle sobre o programa e sobre a questão orçamentária.

Então, a Cise também, nesse Termo de Ajustamento de Conduta, definia as escolas a serem sensibilizadas. As obras de infraestrutura, as obras novas de escolas, a execução era FDE. A definição de prioridades, a Cise. A liberação de recursos para a FDE era via Cise. A merenda trabalha dentro da Cise. Na área da merenda, são duas diretorias, se não me falha a memória, uma diretoria chamada de Alimentação e Assistência ao Aluno, DAAA, e outra diretoria era a Diretoria de Suprimentos e Licitações, se não me falha a memória, Desup.

Então, essas duas diretorias cuidavam respectivamente da questão da merenda, desde - é o caso da minha presença aqui - se disparar um determinado processo, uma chamada pública, por exemplo, acompanhar todos os procedimentos, fazer o processo licitatório se for o caso e na outra ponta, liberação de recursos. Então, todas as ações

considerando-se a estrutura que passa para as coordenadorias o conceito de unidades orçamentárias, todas as ações são dentro da própria coordenadoria.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Professor, a escolha desses coordenadores era feita pelo senhor mesmo ou era outra pessoa que indicava, tanto da Cise, quanto do DAAA?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não. A minha opção sempre foi manter os quadros que estavam na secretaria. Quando da nova mudança da estrutura, implantada a partir de 1º de janeiro de 2012, com a Cise, a CGRH, enfim, os coordenadores eu os convidei. Esteve à frente da Coordenadoria de Gestão Recursos Humanos a pessoa que já estava à frente da área de Recursos Humanos até então. Esteve à frente da Cise uma pessoa que já estava na secretaria. Esteve à frente da Efap uma pessoa que já estava na secretaria. Da Cima não, porque era uma nova coordenadoria. A Cima foi criada porque a questão da informação, monitoramento e avaliação era distribuído. Então nós juntamos tudo, porque a ideia da criação dessa coordenadoria era criar um centro de inteligência na secretaria - inteligência no sentido de informação.

A minha grande preocupação na secretaria, quando cheguei... Vou dar um exemplo simples para a senhora: eu queria saber o número de escolas. Eu falei: eu quero saber o número de escolas. Cada um tinha um número diferente. Era 5.300, 5.250, 5.330, 5.400, 5.500. Então, eu percebi que não dava para você ter informação separada de tudo quanto é canto, porque você não se tem informação nenhuma. É importante que você tenha informação concentrada num certo local para que você tenha uma única informação e a informação correta.

Então, a Cima foi uma coordenadoria nova, ela fugia da rotina da secretaria por conta da configuração que eu queria dar à Cima. Quer dizer, eu queria uma coordenadoria que tivesse informação, que fizesse o monitoramento e que, nas avaliações... Por exemplo, o estado de São Paulo participa quer seja da avaliação nacional, mas tem uma avaliação própria que é o Saresp, que é uma grande avaliação, que foi copiada por outros estados inclusive. É espetacular essa avaliação. Eu queria resultado dessa avaliação, mas não um resultado numérico. Eu queria resultado de estratégia de gestão. Onde é que precisamos focar para que as ações da secretaria resultem no que é o mais importante, que é que as crianças aprendam.

É importante que haja um local que trabalhe as informações e traga para quem faz gestões a resposta que ele precisa. Bom, onde eu estou precisando atuar? Qual o local? Qual a política que tem que ter prioridade agora em função dos resultados das avaliações? Para essa coordenadoria, eu convidei uma pessoa que tem experiência na área, não era da secretaria. Mas nas outras coordenadorias eram pessoas que estavam na secretaria.

Eu, de reitor para secretário, convidei duas pessoas para que viessem à secretaria comigo. Uma delas era um funcionário da Unesp, que fazia um trabalho na Unesp, não comigo enquanto reitor, mas com outros reitores inclusive, na área de assessoria parlamentar - importantíssimo, não só aqui no estado de São Paulo, mas as universidades têm que ter um contato com Brasília muito forte. CNPQ, Capes, MEC, fazia um trabalho maravilhoso e eu o convidei porque entendi que a secretaria tinha que ter uma outra postura de relacionamento. Ela não podia se fechar no seu mundo. Ela tinha que abrir. E eu precisava de uma pessoa com esse perfil.

Outra pessoa que eu trouxe foi uma pessoa que também já estava na Reitoria da Unesp, que fazia um trabalho de comunicação acadêmica. Para mim, a comunicação da área de Educação tem que ser uma comunicação institucional acadêmica. Eu convidei essas duas pessoas, que foram as únicas que vieram para a secretaria do meu mandato de reitor para a minha permanência na secretaria. E nas coordenadorias, o pessoal da casa, que já estava lá, com exceção dessa nova coordenadoria, para a qual eu trouxe uma pessoa de fora.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quando o senhor chegou na secretaria o secretário que antecedeu o senhor era o Sr. Fernando Padula.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não, era o Paulo Renato.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Paulo Renato. E o Fernando já era o chefe de gabinete?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Fernando Padula foi chefe de gabinete da professora Maria Helena, depois do secretário Paulo Renato. Quando eu cheguei à secretaria, em função da história dele como chefe de gabinete e do

entendimento que eu tinha de que a chefia de gabinete tem um papel importantíssimo em conhecer a máquina da secretaria, e mais importante do que isto, o Fernando Padula comandou na Fundap o estudo da nova estrutura administrativa.

Quer dizer, durante os dois anos em que a Fundap esteve na secretaria, estudou a secretaria, mapeou e organizou uma nova estrutura administrativa, que eu estudei assim que cheguei. Quem acompanhou a Fundap e trabalhou com a Fundap nesse sentido foi o chefe de gabinete. Então, eu julguei importante a manutenção dele.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A manutenção dele foi uma escolha pessoal sua.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Pessoal minha. Eu julguei o seguinte: bom, eu vou mudar uma estrutura existente que essa pessoa conhece por estar aqui, esteve com outros secretários, por uma nova estrutura que tem que ser implantada. Haverá muita resistência na implantação, porque, como disse à senhora, as mudanças geram resistência. É fundamental que essa desarticulação seja feita por aquele que conhece os defeitos da anterior e as qualidades desta nova estrutura, para poder fazer com que haja uma implantação com o menor trauma possível.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor falou da sua escola em relação aos coordenadores. Estou insistindo um pouco nessas questões para compreender até aonde vai o espaço de cada um dentro da secretaria e suas respectivas responsabilidades. O senhor nomeava os coordenadores, não é? Há os diretores desses departamentos - Desup, DAAA, enfim. Essas nomeações desses departamentos eram de sua responsabilidade?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Nunca.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Era o próprio Fernando que...

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não, não. Nesse aspecto eu sou muito claro, e a escola que me ensinou isso foi a universidade. Os diretores das unidades universitárias que compõem o quadro da universidade são escolhidos pela sua comunidade. Estou falando da minha universidade, que é a mais democrática das universidades deste país.

Na minha universidade, o diretor de uma escola, por exemplo, da Escola de Engenharia, é eleito pela sua comunidade: professores, funcionários e alunos. Uma vez eleito, ele toma posse, e a composição de seus quadros, quer seja de seu diretor acadêmico, quer seja de seu diretor administrativo, é de responsabilidade dele, o reitor não interfere. Ele tem que responder para as pessoas que o elegeram, ele tem que dar satisfação para a sua comunidade.

Por conseguinte, a indicação das pessoas, para que ele dê essa satisfação e seja cobrado se tiver que ser cobrado, tem que ser atribuição dele. Minha leitura é muito clara: no momento em que o coordenador é ordenador de despesa e responderá como ordenador de despesa, ninguém tem o direito de compor o quadro de servidores sob sua responsabilidade a não ser ele mesmo, porque ele terá que dar satisfação das suas ações. Consequentemente, ele tem o direito de compor sua equipe da maneira como julga necessário.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ao longo dessa sua permanência à frente da secretaria, o senhor teve alguma dificuldade no que diz respeito às compras diretamente da merenda? Havia algo estranho em sua opinião em relação a essas compras? Havia dificuldades, algum tipo de pressão que por ventura o senhor pode ter observado no decorrer desses anos todos no que diz respeito à compra de produtos para merenda?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A merenda é uma ação de gestão complexa. A gestão que eu falo não é das compras, vou falar do que é a merenda de maneira geral. Ela se dá de duas formas que com certeza a senhora já conhece, por ter estudado essa matéria nesta Casa: uma delas é a forma centralizada, e a outra é a forma descentralizada.

Estamos falando em milhões de estudantes, estamos falando de escolas em 645 municípios do estado de São Paulo. Não há viabilidade de não se fazer uma ação em parceria com os municípios. É muito importante que os municípios sejam parceiros do estado. Eu sempre dizia aos prefeitos que procuravam que a criança não mora no estado, ela mora em um município, ela mora na sua cidade.

O estado é um ente virtual, o ente real é o município, então é fundamental que haja essa parceria, que o estado viabilize o convênio com os municípios, repasse o recurso para o município, e o município se responsabilize pela questão da entrega da

merenda nas escolas. A grande maioria dos municípios - veja bem, minha leitura é de 2015, não sei sobre 2016...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sim, é o período em que o senhor esteve à frente da secretaria.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Minha fala vai até 2015. Tudo o que eu disser, a senhora para em 2015, pois eu não sei o que está acontecendo. Minha leitura, minha ação sempre foi de tentar o máximo possível essa parceria com os municípios, por duas razões: primeiro, porque as famílias podem controlar a qualidade da alimentação de forma muito mais próxima, porque estão próximas dos prefeitos, podem cobrar. Eu moro no interior, há uma relação direta entre o munícipe e aquele que comanda seu município. Isso é muito claro para mim, a qualidade pode ser muito melhor se o município de responsabilizar, então a ação sempre foi nesse sentido.

O estado de São Paulo faz uma coisa que nenhum outro estado da Federação faz: além dos recursos do governo federal, o estado de São Paulo aporta um recurso diário na merenda. O estado de São Paulo aporta um recurso porque o recurso que o governo federal passa para os municípios não é suficiente para cobrir a merenda, nós sabemos disso...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E o que o estado passa também não é.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - E o que o estado passa também não é, nem a soma dos dois é. Então, eu sempre fui muito solidário com os prefeitos, entendendo suas demandas. Os prefeitos sempre vinham dizendo o seguinte: “Secretário, a qualidade da minha refeição exige mais recurso”, e eu dizia a eles: “Prefeito, eu não consigo liberar mais recursos nesse esquema de merenda descentralizada”.

Quando os orçamentos dos municípios, por conta de queda de arrecadação, começaram a ser um problema para o gestor municipal, fundamentalmente no impacto da folha no seu orçamento, os municípios começaram a propor a devolução da merenda.

Eu tive inúmeros prefeitos que vieram conversar comigo com as suas equipes, junto com as equipes da secretaria, e diziam: “Secretário, eu não conseguirei viabilizar a

merenda ou a continuidade do convênio porque estão pesando em minha folha as merendeiras do estado. Estão pesando em minha folha as merendeiras que eu preciso contratar para fazer a merenda para as escolas do estado. Eu não consigo mais, eu vou devolver a merenda para o senhor.”

A devolução da merenda é muito ruim para o estado, porque ela custa muito mais para o estado do que o estado ter o convênio com o município. Ela viabiliza a necessidade de processos de reforma de escola. Uma boa parte de nossas escolas não tem o refeitório e não tem a cozinha, então é necessário fazer uma intervenção muito grande na escola para viabilizar a estrutura para que depois a diretoria de ensino, em um processo licitatório, viabilizasse a contratação de pessoas para poder preparar a merenda. Isso aconteceu na cidade de Santo André, entre outras.

Então, essa é a forma descentralizada. O decreto do estado de São Paulo que permite ao estado passar um recurso adicional ao município - de novo, esta é a minha leitura até 2015 - proibia que o prefeito pegasse esse recurso e o utilizasse para folha. Ele tinha que comprar gênero alimentício, o que dificultava de novo ao prefeito ter as merendeiras para fazer as merendas para o estado.

Em muitos municípios, esse convênio não existe; na cidade de São Paulo, ele não existe. Então a merenda é centralizada, e a responsabilidade é da secretaria. Todo o processo passa pela secretaria, ela precisa ter um balcão onde guarda os gêneros alimentícios para que, em um processo em que tem que haver um planejamento e uma gestão muito eficientes, os alimentos cheguem à escola, não permaneçam na escola mais tempo que o necessário, mas também não falte gênero alimentício lá. Então esta é uma gestão complicada. A secretaria tem um galpão e esse balcão provisiona os alimentos. A secretaria entrega o alimento e licita a mão de obra, estes são os dois mecanismos.

A grande dificuldade com relação à merenda, não é dificuldade... O grande trabalho com relação à merenda, principalmente na merenda centralizada, é viabilizar que não haja nenhuma impossibilidade de esse material chegar à escola, que as empresas contratadas por um processo licitatório para preparar a merenda efetivamente preparem a merenda e que não haja, por exemplo, a possibilidade de uma empresa quebrar, o que já aconteceu muitas vezes. Nesse caso, você, de um instante para o outro, fica sem merenda na escola e tem que servir a tal da merenda seca, que tem uma crítica muito grande. São bolachas, sucos, enfim, que sabemos que não é o adequado para as crianças.



Agora voltarei à fala inicial da senhora. Em 2011, o Departamento de Suprimento Escolar - DSE -, que era o responsável pela merenda antes da nova estrutura, inicia o processo da agricultura familiar. Não sei o número da lei federal, mas o ano, se não me falha a memória, é 2009, porque em 2011 se procura atender a lei de 2009. Disso eu me lembro muito, até porque a grande preocupação do DSE na época era a quantidade de escolas, o número de alunos e a viabilidade de atender a esse universo muito grande utilizando a agricultura familiar. Então em 2011 se dispara o processo através de uma chamada pública para poder viabilizar o uso dos 30% dos recursos do FNDE para incentivar a agricultura familiar. É isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ao longo dessas reuniões todas que nós realizamos na CPI, houve muitas informações sobre questões que ocorreram. Por exemplo, a chamada pública de 2013, que ficou aberta até 2016, não foi fechada. Ela não se realizou, e não sabemos exatamente todos os motivos. Há contradições na não efetivação dessa chamada, embora ela tenha tido todas as etapas necessárias para uma chamada pública, mas com muitas restrições. O próprio setor jurídico da secretaria fez uma indicação nesse sentido.

Documentos de pedidos de reequilíbrio financeiro desapareceram e não foram encontrados até hoje, não se sabe quem desapareceu com esses documentos. Invasões de prioridades e de tarefas: eu não tenho responsabilidade sobre um determinado setor e acabo invadindo aquele determinado setor, como foi o caso do diretor Rodrigo Pimenta, que não tinha como assinar chamadas públicas e acabou assinando. Isso foi dito aqui pela funcionária Marilene, que fez um depoimento bastante interessante para nós, elucidativo inclusive.

Então eu queria saber o seguinte: quem de fato tomava conta disso tudo? Como era a sua responsabilidade direta sobre isso, sobre o acompanhamento desses processos? Era do senhor? Era do Sr. Fernando Padula? Para quem respondia o Sr. Rodrigo Pimenta? O senhor se relacionava com ele, ou era uma relação direta com seu chefe de gabinete? Muitas coisas são obscuras nesse processo, e sua presença aqui também serve para isso, para que nós possamos dar uma luz maior, um foco maior sobre isso.

Meu tempo está terminando, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O tempo de V. Exa. já terminou.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu cedo parte do meu tempo para a deputada Beth Sahão.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eu conheço muito bem essa matéria, a matéria que eu digo é por que eu levei ao governador a proposta de uma nova estrutura na secretaria. Foi justamente para poder ter as delegações de competência e responsabilidade. Eu dei à senhora um exemplo muito claro: quando eu cheguei à secretaria, eu queria saber algumas informações, e a mais simples delas era a seguinte: são quantas escolas? Eu não consegui o número certo de escolas, até eu entender o seguinte: se não houver uma delegação de competência relacionada com responsabilidade associada à competência, nós não vamos funcionar nunca.

Vou falar para a senhora como é a nova estrutura: as coordenadorias são unidades orçamentárias. O secretário escolhe os coordenadores, e os coordenadores montam sua equipe do jeito que quiserem, com as pessoas que quiserem. Não há interferência de ninguém em montagem de equipe alguma, justamente porque, como ordenadores de despesas, respondem pelas ações. Eu, como secretário, respondo também. Estou presente aqui respondendo a perguntas de ações que estão relacionadas às coordenadorias, por ter escolhido o coordenador.

Então há uma relação de responsabilidade direta na secretaria. Nem a chefia de gabinete atua sobre as coordenadorias. A única ação presente de coordenadores em conjunto com chefe de gabinete e secretário é no Comitê de Políticas Educacionais, que é o fórum que reúne todos a cada 15 dias para avaliar os programas das diversas secretarias e os resultados das diversas secretarias, e para mudar a rota se for necessário, mas é o comitê que dita as políticas da secretaria. Agora, as ações são responsabilidade da secretaria. Não há, nem da chefia de gabinete, nem do secretário, nem do secretário-adjunto, nem de outros coordenadores, interferências em cada uma das secretarias. Elas têm o seu orçamento, têm os seus programas e executam os seus programas.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O tempo agora é da deputada Marcia Lia, que cede parte para a deputada Beth Sahão. Gostaria de registrar a presença dos nobres deputados Ana do Carmo, Luiz Turco e Carlão Pignatari.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A Sra. Marilena foi muito clara ao dizer que houve, sim, uma interferência do Sr. Rodrigo Pimenta em área que não era da responsabilidade dele, como, por exemplo, assinar as chamadas públicas etc. Por isso estou dizendo para o senhor que esse assunto já veio a esta CPI e foi, inclusive, confirmado por ela. Eu queria também, antes de devolver o tempo para a deputada Marcia Lia, perguntar se o senhor conhece o Sr. Chebabi.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não conheço.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Nunca chegou a conhecer?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Nunca, nunca, nunca.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ele fez a declaração no depoimento dele à Justiça de que muita gente na secretaria recebia propina por conta disso. Eu queria saber se o senhor tem algum conhecimento disso, se o senhor já ouviu falar a esse respeito e quais são as suas observações, as suas considerações em relação a essa afirmação que ele deu em seu depoimento à Justiça.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Bom, a única informação que tenho a esse respeito foi o que eu li na imprensa no começo deste ano. Ele envolveu inclusive... Dizendo que o próprio secretário estava envolvido nisso. Deputada, eu tenho 40 anos de vida pública. Nunca, em instante algum dessa vida pública, eu tive qualquer tipo de provento que não fosse do meu trabalho. De aluno, eu fui reitor da universidade. Eu sou pesquisador 1A do CNPQ, eu tenho uma vida acadêmica que me orgulha.

Em hipótese alguma, isso jamais aconteceu, primeiro por não conhecer ninguém dessa cooperativa; segundo por não ter contato com qualquer pessoa dessa cooperativa. Muitas pessoas da secretaria que ele cita que receberam... Essa informação a senhora está me dizendo agora, eu não sabia... Tem que se analisar como, por que, para que, qual foi o resultado disso.

É de uma leviandade enorme citar nome de pessoas que em absoluto tiveram qualquer tipo de comportamento que não fosse um comportamento digno de servidores

que estão há muitos anos trabalhando de forma muito correta para que a área mais importante deste país possa evoluir, que é a Educação, servidores que colocaram a sua vida, que se dedicaram de corpo e alma para que isso pudesse acontecer.

Então, a senhora tenha a absoluta convicção de que, no caso deste secretário, isso jamais aconteceu, jamais aconteceria e jamais acontecerá, porque não faz parte das ações de alguém que escolheu a Educação por acreditar nela, de alguém que faz a Educação sua vida, e que fez a Educação sua vida, e que criou seus filhos com princípios de ética, de moralidade que sempre nortearam minha vida.

Então, com relação a minha pessoa, isso jamais aconteceu. E com relação a outras pessoas da secretaria, eu não tenho conhecimento, mesmo porque não ouvi nada a respeito, e, enquanto secretário, não tive qualquer informação a esse respeito.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok.**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Deixe-me fazer uma correção, deputada. Na verdade, o Chebabi afirma que o Marcel dizia para ele que se pagava propina para ...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Só para deixar muito claro os depoimentos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Secretário, por enquanto obrigada. Depois, qualquer coisa, eu peço mais um tempinho para outros deputados. Agradeço a deputada Marcia Lia pela tolerância.

**A SRA. MARCIA LIA - PT -** Bom dia, Sr. Herman. Eu gostaria de fazer algumas perguntas mais objetivas ao senhor. Entendo todas essas dificuldades que o senhor coloca. Entendo a dificuldade da descentralização da merenda, vivi isso oito anos lá no município de Araraquara por falta de merendeiras, por falta dos recursos necessários, por falta dos recursos para logística, enfim uma série de dificuldades que os municípios acabam sendo obrigados a assumir responsabilidades.

Em Araraquara, pagávamos aluguéis para as delegacias de Polícia, pagávamos aluguéis, destacávamos funcionários para a merenda, destacávamos funcionários para o Fórum, enfim acabávamos onerando a Prefeitura, e muito, por conta de responsabilidades que, muitas vezes, o prefeito era obrigado a assumir.

Mas quero ser bastante objetiva. Estou lendo o relatório que veio do Tribunal de Contas do Estado, que diz respeito às contas do período em que o senhor se encontrava como secretário, de 2014, e há inúmeras falhas levantadas pelo Ministério Público de Contas com relação à questão da merenda escolar, desde falta de higiene, até dificuldades dos processos licitatórios, da falta da aplicação dos 30% da Lei da Agricultura Familiar.

Então, todas essas dificuldades são vivenciadas. E observamos, por vários depoimentos aqui, e não tenho dúvida nenhuma em dizer ao senhor: não estou dizendo que o senhor sabia, mas que acontecia esquema dentro da merenda escolar da Secretaria Estadual da Educação, já temos mais do que certo.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Bom, novamente o assunto é atribuído a uma coordenadoria que tem essa responsabilidade. De fato, não deixei de afirmar que a questão da merenda é complexa, quer seja centralizada ou descentralizada. A descentralizada, pelas questões que a senhora coloca, que envolve uma dificuldade financeira dos prefeitos, uma dificuldade legal do impacto de folha no Orçamento e que acabam fazendo com que as prefeituras abram mão de trabalhar em parceria com o estado por não conseguirem inviabilizar, atender os alunos do estado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Nós devolvemos em Araraquara.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eu sei. Outras cidades também. E o estado, para que ele administre essa merenda, precisa reformar as escolas, como eu havia dito, ele precisa viabilizar que haja um processo de contratação de pessoas. Se nós colocarmos no papel isso, que a secretaria tem muito claro, fica muito mais caro para a secretaria a merenda centralizada do que a descentralizada. A parceria com o município é importante. O Estado já repassa um recurso que é insuficiente, e não tem condições de repassar mais. A merenda é um problema cuja

gestão não é simples. Gestão desde guardar os alimentos, desde entregar os alimentos, de condicioná-los, enfim a gestão é complexa.

Há um novo momento, hoje, presente na secretaria, que está exigindo, por conta dessa nova estrutura, a profissionalização dos seus quadros. A Secretaria de Estado da Educação, historicamente, não é só do estado de São Paulo, a senhora sabe disso, todas elas usavam, por falta da possibilidade de provimento de cargo via concurso público, de profissionais com perfil que a gestão demanda, tiram professores das escolas, sala de aula e fazem esses professores trabalharem em gestão. Era um procedimento, e ainda é um procedimento que...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Que dificulta muito, se o senhor me permite, porque nós temos muitas falhas na grade curricular, por falta de professores, muitos deles sendo utilizados em questões administrativas.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Milhares. E não realidade só do estado de São Paulo, não. É realidade nacional. Então as pessoas falam que faltam professores, a minha fala sempre foi: bom, então vamos mudar o conceito Educação.

Nosso país, deputada - a senhora milita na área, sabe o que estou dizendo -, considera que Educação ainda é uma sala de aula com cadeira enfileirada, com quadro negro e professor na frente. Não é mais só isso. A Educação, no nosso país, extrapola a dimensão da sala de aula. Extrapola muito a dimensão da escola. A Educação no nosso país, hoje, demanda profissionais que saibam atuar com crianças com deficiência nas salas de aula, que não sabem, porque não estão sendo preparados para isso, porque as universidades também não entenderam que o licenciado, hoje, não é o de 30 anos atrás. O licenciado, hoje, tem uma realidade completamente diferente. Ele tem a sociedade dentro da escola.

Há 30 anos, a sociedade estava fora da escola. Só estava na escola a elite. Grande parte dela estava fora. Hoje, todos estão na escola com os problemas que a sociedade enfrenta. E as universidades ainda não perceberam, e não vão perceber. Fiz inúmeras tratativas - perdoe-me abrir um parêntese, porque é importante - com reitores de tentar sinalizar a eles que a formação dos profissionais tem que ser diferente, hoje. Ele tem que ter uma formação de entender esse universo de que crianças vêm para a escola absolutamente isentas de qualquer que seja a competência sócio-emocional. Isso acabou

na esfera onde deveria existir, que era a residência, a família. Isso está sendo jogado para dentro da escola, e a escola não está conseguindo assumir isso.

Bom, e estamos tirando professores para poder fazer gestão. Não vou entrar em muito detalhe aqui, mas se a senhora estudar a mudança na secretaria, nós contratamos, por concurso público, inúmeros profissionais com perfil completamente diferente. Já contratamos nutricionista para diretorias de ensino, pessoal especializado em áreas onde você precisa de alguém com a formação adequada. A merenda será a mesma coisa. Nós temos que preparar as pessoas para isso, porque acho que a Secretaria de Estado da Educação não conseguirá evitar a total centralização da merenda. Eu disse isso antes de sair. As prefeituras não conseguirão mais.

Entraremos em 2017 com as mesmas dificuldades de 2016 e, por conseguinte, as prefeituras trarão, para quem estiver à frente da secretaria, os mesmos problemas que traziam para mim quando secretário. Então, é preciso profissionalizar essas pessoas. É preciso preparar essas pessoas para esse universo, num país que passa por essas dificuldades em que a merenda, para essas crianças, é, no meu entendimento, uma questão, perdoe-me a expressão, inclusive de sobrevivência. É absolutamente fundamental. Então, os quadros estão sendo preparados nesse sentido. Eu acho que caminhará no sentido da melhoria.

A senhora toca numa questão de existir um esquema na secretaria com relação à merenda. Deputada, não posso nem concordar, nem discordar. Eu não sei as informações que vocês têm aqui. Baseado na questão da agricultura familiar, nas chamadas públicas de 2011 e de 2013, vejam que estou sem análise de processo aqui, estou há um ano fora da secretaria, não tenho as informações, já passou muito tempo, mas as recordações que tenho dos despachos com os diferentes coordenadores, fundamentalmente em 2011, em que as ações ocorreram sem dificuldade por conta dos 30 por cento. Porque estava se iniciando um processo de envolvimento da agricultura familiar e de utilizar os 30% dos recursos da FDE de acordo com a lei.

Em 2013, na chamada pública de 2013, isso me lembro muito claramente, o parecer da respectiva coordenadoria, endossado pela coordenadora, à época, em despacho comigo, passado para mim, era de um erro processual, e que esse erro processual, em 2013, por conta de uma manifestação das áreas técnicas a ela...

**A SRA. MARCIA LIA - PT - Do Jurídico?**

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Das áreas técnicas. Eu não estou com o processo aqui, não posso dizer para a senhora se o Jurídico trabalhou nesse sentido. Mas das áreas técnicas que comandaram o processo da licitação. Era de que esse erro processual indicava à coordenadoria, ou à coordenadora, que não assinasse o contrato. Isso com relação a 2013. Então, a não assinatura do contrato em 2013, passado para o secretário por quem respondia pela área, era não assinarmos o contrato por conta de um erro processual, e a área técnica informa que eu não devo assinar e que nós abriremos uma nova chamada pública. Bom, essa nova chamada pública foi aberta em 2014 e que gerou dois ou três contratos, também não me lembro muito bem...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Foram quase 12 milhões de reais só para a Coaf.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Os valores, enfim, ela foi aberta em 2014. O que eu me lembro era que, também não vou saber os valores, a afirmação foi de que o resultado da chamada pública de 2014 resultou num valor menor do que em comparação a 2013. Quer dizer que as empresas participantes colocaram na mesa um valor menor.

Bom, essas são as informações que tenho com relação à questão da agricultura familiar, com relação a essas três chamadas, 2011, 2013 e 2014. As questões internas da coordenadoria, se alguém tomou uma decisão em nome de outra pessoa, como foi dito anteriormente, se alguém extrapolou suas responsabilidades em nome de outra pessoa, essas questões não chegam ao secretário. Essas questões são resolvidas internamente. Se ocorreram, resolvem-se dentro da coordenadoria. Elas não chegam ao secretário e elas são trabalhadas, como eu disse, dentro da responsabilidade e das atribuições de cada membro daquela coordenadoria. Vamos supor, com relação à agricultura familiar, essa é a leitura que eu tenho dos três processos.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Na verdade, existem duas formas de responsabilização dos agentes públicos: a responsabilidade objetiva e a subjetiva. No caso, o secretário não responde subjetivamente, mas responde objetivamente pela escolha da pessoa que participou, pela escolha do seu subordinado, da falta de fiscalização, da falta de controle.



Eu estive, para o senhor ter uma noção, lá no assentamento, que em tese seria o fornecedor da laranja para que a Coaf pudesse fornecer o produto para a Secretaria da Educação. Descobrimos lá que pessoas da Cati eram cooperados dessa cooperativa. Descobri, conversando com os assentados do Reage Brasil, que era o assentamento que fornecia, em tese, que eram os agricultores que tinham, forneciam as Daps. Muitos deles nem forneciam, as Daps eram usadas de forma ilegal. E descobri que lá só tem cana-de-açúcar. Lá não tem laranja. Portanto, não havia possibilidade de a secretaria comprar...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sim, estou concluindo. Não havia possibilidade de a secretaria comprar suco de laranja de alguém que não tem o produto para fornecer. Então, já havia um esquema no processo licitatório, no processo da chamada pública. Já havia um esquema montado. E nós identificamos aqui várias pessoas que participavam desse esquema, haja vista que o Ministério Público, e hoje o Ministério Público federal investiga esse fornecimento dos alimentos.

Não temos dúvida nenhuma. No nosso relatório vamos apontar todas essas irregularidades. E o processo licitatório, tanto o de 2013, quanto o de 2014, ambos tiveram inúmeras irregularidades. Algumas pessoas, ficou muito evidente os seus nomes, as suas participações. É uma pena que tenhamos passado por isso, onde já temos falta de recursos, como o senhor mesmo disse...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Estou concluindo. Onde já temos falta de recursos, como o senhor mesmo disse, e nós ainda perdemos 12 milhões de uma organização criminosa que se instalou para fornecer produtos para a merenda escolar.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Lamento. Na realidade, as evidências que vocês apontaram no relatório são importantes para que a própria secretaria reveja procedimentos. Como eu disse para a senhora, tudo é muito novo. A própria ação objetivando incentivar os pequenos produtores, através do programa da agricultura familiar, é recente. Ela se iniciou na secretaria em 2011. Acho

que esses procedimentos, ou o relatório ou os indicativos que farão, servirão para que a secretaria reveja procedimento interno.

Acho que isso é extremamente importante. Se há ação de servidor público no sentido negativo daquilo que se espera de um servidor público, tem que ser apontado. Eu não tenho a menor dúvida disso. O caminho é exatamente esse, porque eu também não concordo que isso ocorra, e acho que na área pública temos uma responsabilidade enorme. Na Educação, então, a responsabilidade nossa é como educador, é dar o exemplo. Acho que isso tem que ficar muito claro. Então, essas responsabilidades têm que ser apontadas e evidentemente as pessoas que vierem a ser apontadas como tendo alguma responsabilidade, têm que ser penalizadas nesse sentido.

A questão fundamental, no meu entendimento, é que as pessoas que têm comportamento público coerente não sejam rotuladas no conjunto do que, lamentavelmente, ocorre neste país, em que todo mundo é, a princípio, culpado e tem que provar o contrário. Temos que tomar muito cuidado em algumas afirmações, muitas delas levianas, e que maculam histórias de vida e de trabalho e de responsabilidade que não deveriam macular. E que acabam ferindo pessoas que têm, na sua vida, um comportamento que não merecem esse tipo de afirmação, independentemente de quem seja. Acho que preservar as pessoas, culpar os culpados, se culpados existirem, mas preservar as pessoas, no sentido de respeitar o seu trabalho e a sua figura é importante. Tenho certeza que esta CPI fará isso.

Obrigado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, colegas, pessoas que nos prestigiam com suas presenças, caríssimo secretário Herman, eu não vou falar como alguém do governo, alguém que está aqui para defender o governo. Vou falar como alguém que também tem 40 anos de vida pública completados no último dia 16 de setembro, dia em que em 1976 fui escolhido pelo MDB da minha cidade para ser o candidato a prefeito de Itapira.

De lá para cá, conheci todos os secretários de Educação do estado de São Paulo. Convivi três vezes, como prefeito, durante 14 anos com esses secretários. Enfim, como prefeito, transformei uma Secretaria da Educação, que nem tinha secretário, porque havia uma escola, Escola Professor Narciso Pieroni, de Pré-Primário, em um complexo educacional que tem 30 escolas de Educação Infantil, 19 creches para crianças de zero a três e de três a seis.

Enfim, assumimos o Ensino Fundamental de quinta a oitava, temos hoje 12 escolas municipais de Ensino Fundamental, lutamos pela criação do Ensino Médio, do Ensino Técnico, temos uma Etec, uma Fatec, um Sesi, um Senai, enfim, buscamos faculdades, temos a Iesi, que tem hoje 19 cursos, conquistamos uma Fatec junto ao Governo do Estado, enfim, a criança em Itapira, desde que nasce, passa por um hospital municipal, tem uma boa saúde desde antes do nascimento. Até chegar à faculdade e até conquistar seu emprego.

Nessa minha caminhada toda, professor Herman, eu nunca conheci um secretário da Educação como o senhor foi. O senhor foi indiscutivelmente o melhor secretário da Educação do estado de São Paulo. O senhor é um homem íntegro, correto, um exemplo de educador para São Paulo e para o Brasil. Temos que nos orgulhar de o senhor ser quem é e de ter sido o grande secretário que foi.

O senhor pagou e está pagando um preço muito caro. Fico pasmo ao ver pessoas que são sacrificadas pelo abuso de autoridade que se pratica neste país, pela leviandade com que se acusa neste país. São vítimas da chamada teoria do conhecimento do fato, quer se atribuir a um presidente da República um ato praticado por um servente de uma escola. Quer se atribuir essa responsabilidade objetiva ao cúmulo dos absurdos, que ultrapassa qualquer limite razoável de direito na história da humanidade.

Então, professor, fico feliz. Acabei concordando com sua convocação porque eu sabia que o senhor iria fazer o que está fazendo: dar uma verdadeira aula de Educação. A Secretaria da Educação de São Paulo é indiscutivelmente uma das melhores do Brasil, e isso se deve muito ao seu trabalho.

Queremos dizer que ocorreu falha, sim, na Secretaria da Educação. O senhor se lembra, secretário, de quanto é o volume do orçamento, “en passant”, da Secretaria da Educação de São Paulo?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Vinte e sete bilhões.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vinte e sete bilhões de reais. Estamos falando aqui de 12 bilhões, e o pessoal enche a boca para falar que teriam sido cometidas irregularidades, nem sei se foram em todos eles, ao longo de quatro anos: 2011, 2012, 2013, 2014. Ou seja, três milhões de reais por ano.

Isso é um absurdo. Isso é uma exploração política sórdida por quem devia ter aprendido a lição que teve, de ser injustamente acusado em muitas ocasiões, e que agora quer praticar contra gente honesta as mesmas injustiças.

Professor, o senhor saberia quantas escolas... (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ei, por favor.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Essa meninada paga veio aqui fazer bagunça. Dói neles o que eu falo. Eles são pagos para vir aqui fazer isso. São pagos! São pagos para vir aqui fazer isso. Essa foi uma história armada.

Sua tentativa de melhorar a reestruturação escolar era ótima. Nenhum educador neste país...

Foi politicamente destruído. Houve uma falha, realmente, de implantação, secretário. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Silêncio ou eu vou pedir a retirada. Enquanto o deputado está falando, fiquem em silêncio.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Como dói a verdade para aqueles que recebem para combater a verdade.

Mas enfim, minha gente, essa farsa da merenda escolar de São Paulo é uma falha. Vamos apontar em nosso relatório, sem dúvida alguma, porque aqui tem um homem honesto, honrado e digno, um grande deputado que vai fazer esse relatório... (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em silêncio. Mais uma manifestação e eu vou pedir para retirar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Estudante eu respeito, gente paga para vir aqui fazer bagunça eu não respeito. Estudante eu respeito.

Fui presidente da Uesi, fundei a Uesi em 1962. Eu era da Upes e fui ao congresso da Ubes de Pelotas de 1962. Enfrentando a ditadura. Entrei na faculdade do Largo de São Francisco e lá participei da luta contra a ditadura. Tenho autoridade moral para falar o que estou falando.

Não podemos conturbar as coisas, misturar as coisas, querer jogar lama em todo mundo. Nós reclamamos quando se joga lama na gente, mas achamos bonito jogar lama nos outros.

O senhor é um homem honrado. Eu o conheço, secretário, conheço seu passado, conheço sua história na universidade que o senhor dirigiu com muita competência e seriedade.

Quero lhe dizer, secretário, só uma coisa: pelo amor de Deus, continue como o senhor sempre foi, vai em frente. Eu passei por situações como a que o senhor está passando, fui injustamente acusado.

Vejo o presidente da Fiesp todos os dias na televisão usando o dinheiro da Fiesp, dinheiro público inclusive, para fazer propaganda pessoal. E não acontece absolutamente nada. Quem paga o pato somos nós.

E eu sou cassado no meu mandato... (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor, caso se manifestem mais uma vez pedirei sua retirada.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu vejo gente ser cassada porque um jornal falou bem dele. Sem nenhuma interferência, sem nada. Vejam o coitado do Geraldo Cruz aqui, passando por uma situação terrível, por uma besteira que não se pode nem comentar.

Então, eu queria dizer, professor, que o senhor tem um diploma de honestidade. O senhor comandou quase 400 mil pessoas, 90% ou mais o respeitam. Muita gente diverge do senhor, porque muita gente é levada por essas ondas. A imprensa muitas vezes ajuda.

Estamos nessa situação em que o Brasil está não só por causa do PT, desse partido ou daquele, é porque participamos dessa luta uns contra os outros. É um campeonato de enlameação das pessoas que está levando nosso País a essa situação quase insolúvel.

Então, professor, como modesto deputado, como modesto prefeito, como um brasileiro que ainda acredita em São Paulo e no Brasil, digo: Vá em frente em sua vida, professor. Sua vida de educador, de homem público honesto e sério. Não tenho mais

perguntas porque conheço a dimensão do que o senhor dirigiu. É um absurdo falar de um homem que comandou 120 bilhões de recursos em quatro anos. Vir discutir uma picuinha. Não pelo valor, pela distância. Isso não é assunto que chega. Eu fui ministro deste País, fui secretário de Agricultura deste país. Esses assuntos não são em absolutamente nada de competência da autoridade maior da secretaria.

O senhor fez o que sempre fez na secretaria e eu sou testemunha disso. Toda irregularidade que constatou, tomou providências. O senhor nunca prevaricou, o senhor nunca se omitiu. Deus abençoe o senhor. Se passei um pouco do tempo, normalmente passo três ou quatro vezes mais, peço desculpas a todos os companheiros, mas estou emocionado diante de um homem honrado e digno como o senhor.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vossa Excelência esteve dentro do tempo, deputado Barros Munhoz, não o ultrapassou.

A próxima inscrita é a deputada Ana do Carmo.

Existe aqui o pedido de três deputados para ser o último a falar. Não dá para fazer esse tipo de controle. Na medida em que vão pedindo a inscrição, vamos inscrevendo.

Só estou lembrando que temos mais um minuto para a inscrição, então quem quiser se inscrever...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Vou falar dois minutos no máximo, se me permitirem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Próxima na ordem de inscrição, deputada Ana do Carmo.

**A SRA. ANA DO CARMO - PT** - Passo meu tempo à nobre deputada Beth Sahão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Gostaria de dizer que o secretário está aqui a convite desta comissão para prestar esclarecimentos. Até o momento, deputado Barros Munhoz, o secretário não sofreu nenhum tipo de acusação injusta nem nada.

Apenas estamos levantando informações.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, pelo amor de Deus, deputada Beth, eu não faria essa injustiça com Vossas Excelências.

Está vindo a imprensa toda aí e com algumas acusações totalmente falsas que realmente foram proferidas contra ele.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Gostaria apenas de continuar um pouquinho no tempo da deputada Ana do Carmo, a quem agradeço por me ceder seu tempo.

Quero fazer a leitura de um trechinho a respeito da chamada pública de 2013 e listar para o senhor os erros que foram cometidos nessa chamada. Erros já comprovados por uma série não apenas de documentos, mas até de oitivas feitas aqui. Queria que, depois, o senhor comentasse.

O primeiro deles diz que o processo foi autuado pelo DAAA, e não pelo Desup, que seria o departamento correto para fazê-lo. O jurídico apontou uma série de erros e confusões com outro programa, sugeriu a realização de pregão e, ainda assim, a chamada pública teve prosseguimento.

Terceiro, no processo, a pessoa que decidiu não acatar a sugestão do jurídico foi a diretora substituta do Cenut, que não tinha competência para isso.

Quarto problema, a chamada pública foi publicada duas vezes. Uma publicada no dia 07/08/2013 e outra no dia 30/08/2013 com o mesmo número: 001/DAAA/2013, sem menção à retificação ou republicação.

Quinto problema, a primeira versão foi publicada com o nome de uma funcionária que se recusou a assiná-la.

Sexto, a segunda versão foi assinada pelo diretor do DAAA, que eu já havia dito anteriormente para o senhor, na minha primeira intervenção, que é o Sr. Rodrigo Pimenta, que não tinha competência para assiná-la.

Sétimo, a referência de preços foi calculada como se a Coaf e a Gallcitrus, Naturacitrus, fossem dois orçamentos diferentes, o que, na verdade, não era.

Oitavo, o terceiro orçamento presente no processo foi de uma empresa chamada Vitaly, de Monte Azul, que o direcionou para o senhor Carlos e não para a Secretaria da Educação.

Nono, a chamada pública teve, no edital, preço de referência para o suco de laranja de 200ml de 1,52 reais. A proposta de venda da Coaf indicava 1,50, mas o preço homologado no final do credenciamento foi de 1,56.

Com tantos erros que foram apontados aqui, porque a decisão de suspender se não tiveram suas razões publicadas? Quer dizer, isso só aconteceu, na verdade, em 2016. Ao período em que essa chamada ficou, ela não se concretizou, mas ficou aberta. Quer dizer, como um procedimento técnico desses pode demorar tanto tempo, pode ter tantos erros elencados e demorar tanto tempo assim para ser finalizado?

Ao se perceber essa monta de erros, isso já deveria ter sido encerrado, mas não foi. Queria que o senhor comentasse tudo isso caso tenha condições de fazê-lo.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deputada, V. Exa. me permite uma colaboração nessa sua pergunta?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pois não.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Isso é sobre a chamada de 2013?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Isso.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Por isso que se, por erro, foi mais, foi cancelada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, ela foi cancelada em 2016. E eu estou perguntando para ele.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Posso terminar, deputada Beth?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pois não.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Acho que é por isso que foi cancelada a chamada de 2013. Por isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Três anos depois?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É importante ouvir a opinião do secretário.



Não sabia que ele estava com advogado aqui, obrigado, deputado Carlão.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deputado Alencar, o sarcasmo não me atinge, não faz nada. A racionalidade é que eu acho que deve fazer parte de uma CPI tão importante quanto essa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, mais racional do que eu fui na minha pergunta é impossível.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sinceramente, acho que deve haver uma ignorância total sobre o funcionamento da administração pública. É a mesma coisa que perguntar para um prefeito por que o rolamento da moto niveladora número três, quando estava subindo a estrada da Inhazinha, acabou torcendo a roda para o lado direito.

Quer dizer, é uma coisa chocante para nós.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deputado Barros.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Que uma CPI queira fazer esse tipo de colocação ao secretário da Educação de São Paulo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Primeiro, o deputado Barros tem mania de interferir nas minhas falas sem pedir a devida licença, essa é uma coisa.

Segunda coisa que quero dizer para V. Exa., o dirigente, seja ele qual for, prefeito ou o que for - V. Exa. sabe, já foi prefeito inclusive - é corresponsável. Por isso responde por um monte de coisas na Justiça. É assim que as coisas estão, infelizmente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vossa Excelência acha correto?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas ele tem que saber, estou perguntando se ele sabe. Ele tem que responder, Barros.

São chamadas públicas.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor, eu gostaria de fazer uma ponderação aqui. Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Deputado, eu compartilho da mesma opinião, mas se fizermos ingerência nas perguntas de um ou de outro deputado vamos ficar aqui até às três da tarde e segurar o secretário.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Obrigada, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Gostaria de dizer que o tempo não foi computado e que passo a palavra ao secretário para que responda.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eu não conhecia o teor da leitura que V. Exa. fez, mas o resultado dessa chamada pública de 2013, a decisão da coordenadora à época - e ela passou isso para mim - foi da não assinatura do contrato.

E a fala dela foi muito clara. A fala dela foi: “Eu pretendo não assinar o contrato considerando-se manifestações da área técnica de que eu não devo fazer”.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quem foi essa pessoa, secretário?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A coordenadora da época, a professora Dione. Ela passou isso para mim sob orientação da área técnica.

O não fechamento do processo, veja bem, eu não sabia que não havia sido fechado. Minha leitura é a de que a não assinatura do contrato faria com que a área finalizasse o processo, tanto que fez uma nova chamada pública em 2014.

Então, talvez, o que V. Exa. queira apontar é que houve uma falha processual em não se encerrar o processo. Vossa Excelência deve ter razão, porque, na realidade, o processo deveria ter sido fechado.

Mas a não assinatura do contrato e a abertura de uma nova chamada pública, no meu entendimento, sinalizou que o processo estava encerrado. Faltou, evidentemente...

se é que faltou, não estou com o material em mãos, não tenho esse material em mãos, mas se faltou o fechamento, evidentemente, isso deveria ter sido feito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputada, me concede um aparte?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Claro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Secretário, não houve, no processo, manifestação técnica na época?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não, mas eu não disse que houve no processo. Eu disse que a coordenadora, em despacho comigo, disse que não assinaria o contrato porque a área técnica havia sinalizado a ela para não fazer, por erro processual.

Irei dizer até qual foi o erro processual, de acordo com a fala dela. O erro é que haviam colocado, na mesma chamada, dois recursos diferentes, um recurso federal e um recurso estadual. As regras eram diferentes e, ao se fazer uma chamada pública única com dois recursos diferentes e com regras diferentes, o processo, uma vez finalizado, poderia ter sido considerado nulo. É isso. Essa foi a argumentação dela para não assinar o contrato.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só gostaria de registrar a presença dos nobres deputados João Paulo Rillo e Chico Sardelli.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pois bem. Ocorre que a chamada pública do suco de laranja, de 2014, também teve graves erros. Irei enumerá-los, se me permitir. A referência de preços foi feita a partir de apenas duas propostas, duas cooperativas, as mesmas que depois se sagraram vitoriosas.

Problema nº 2: o projeto de venda da Coaf vinculava a sua DAP jurídica a centenas de DAPs físicas de agricultores familiares, que não sabiam que seus nomes estavam sendo usados. Não sei se o senhor tem esse conhecimento. Quer dizer, os próprios agricultores familiares também foram manipulados.

Em terceiro lugar, a declaração de filiação da Coaf à Ocesp era falsa. Ao mesmo tempo, a Coagrosol apresentou um certificado da Ocesp indiscutível. O laudo bromatológico do Instituto Adolfo Lutz, apresentado pela Coaf nessa licitação de 2014, era falso. Então, no momento do credenciamento, a Coaf não estava inscrita no Cadin, mas estava com problemas no Cadin. Ainda assim ela ganhou tempo para poder regularizar a situação até a assinatura do seu contrato. A própria assinatura foi estendida.

A Coaf ficou classificada em segundo lugar, mas, por possuir mais assentados na reforma agrária em seu projeto de venda, deveria ter ficado à frente da Coagrosol. O senhor também tinha conhecimento desses erros de 2014? Em 2013, a supervisora do setor, Sra. Dione, disse que não iria assinar em função dos inúmeros erros. E em 2014, com tantos erros assim? Mesmo assim, a chamada pública foi assinada.

Era só isso que eu queria.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - É a mesma fala anterior, deputada. Em despacho com a coordenadora, como esses são assuntos da coordenadoria...

Esse é um assunto de uma coordenadoria que trata de obra, reforma e transporte, que é uma questão complexa na secretaria. Esse assunto não foi trazido. Se ela assinou o contrato, é porque as áreas técnicas e/ou a consultoria jurídica - não tenho o processo aqui - deram a ela a possibilidade de assinar.

Não chegou ao secretário que não haveria a assinatura por qualquer falha documental ou erro processual. Foi uma decisão da coordenadoria, baseada em sua análise técnica. É isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o nobre deputado João Paulo Rillo, lembrando que a deputada Beth Sahão usou um minuto de seu tempo.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Está bem. Sr. Presidente, quero cumprimentar o ex-secretário Herman pela presença na CPI. Sinceramente, eu tenho poucas indagações técnicas a fazer ao secretário, mas me inscrevi por conta das palavras desmedidas do deputado Barros Munhoz em relação aos estudantes, quando disse que eles são pagos para estarem aqui.

Todos nós sabemos da importância desses estudantes na formação desta CPI. O próprio deputado Barros Munhoz, contradizendo o seu discurso de hoje, em outros momentos, já disse que a CPI cumpriu um papel importante. Disse ainda que ele mesmo não tem dúvida de que havia um esquema de corrupção que envolvia vendedores da Coaf, lobistas, o Chebabi, chefe da Coaf, e agentes públicos, tanto da Assembleia Legislativa quanto da Secretaria da Educação.

Então, é uma contradição. Talvez ele não queira ter ofendido, foi no calor do momento, mas vale ressaltar a importância dos estudantes. Sinto-me ofendido. Como o senhor, eu também fui líder estudantil e sei...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu peço desculpas pelos meus excessos.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Obrigado, deputado Barros Munhoz. Em relação ao secretário, certa feita, o ex-deputado Adriano Diogo, ao ouvir um deputado do PSDB dizer que o Serra foi o melhor ministro da Saúde, quis saber quem teria ficado em segundo nesse concurso.

Eu também gostaria de saber, com todo respeito ao Herman, quem ficou em segundo nesse concurso de melhor secretário da Educação. Eu acompanhei de perto a gestão do Herman e dizia que ele estava manchando a sua biografia nesse governo, tanto é que ele saiu depois de um tremendo desencontro, de uma operação política muito mal feita, dirigida pelo Sr. Padula, inclusive sobre a reorganização, com declarações, no mínimo, infelizes.

Agora eu queria uma pergunta muito objetiva, Sr. Herman. Sinceramente, eu não vi nenhum indício que maculasse a sua idoneidade como homem público à frente da secretaria. Porém, o senhor, que é muito informado e está acompanhando, percebeu que a CPI, assim como já havia elementos na polícia e no Ministério Público, chegou a uma conclusão.

O relatório pode fazer o que quiser. Pode aliviar o presidente da Assembleia, o governador, mas o relatório não pode - senão entrará para a história como o relatório mais descarado - fingir que não havia um esquema de corrupção que envolvia membros da cooperativa, do governo e agentes que trabalhavam na Assembleia.

O senhor viu agora. O senhor tem informações e viu que muita gente contribuiu ali. As coisas estão claras. O senhor se sente traído por ter dirigido uma secretaria que alimentava um esquema desses de corrupção, independentemente da quantia? Dirigentes

do PT, que tinham uma história toda, se acabaram e foram expulsos do PT por conta de uma Land Rover.

Então, a quantia aqui é o que menos interessa, até porque isso pode ser um microcosmo do que, de fato, acontece no Governo do Estado. Eu mesmo sou autor de várias ações de desvios de recursos e de corrupção no Governo do Estado. Queria saber qual é a impressão que o senhor tem disso tudo, se o senhor se sente traído em ter dirigido uma secretaria que roubava merenda dos estudantes.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - São dois sentimentos. O primeiro sentimento, de forma muito honesta, é... As ações da secretaria na área pedagógica, o movimento da secretaria... Eu tenho tempo para responder?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O tempo que o senhor quiser.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Obrigado. As ações da secretaria na área pedagógica, que eram a minha grande preocupação, plantaram uma semente. A questão do ensino integral no estado de São Paulo é o exemplo que o governo federal está usando na expansão e na mudança do Ensino Médio, que é o conceito do aluno desenvolvendo o seu projeto de vida. São Paulo teve, em 2015, na avaliação nacional no Saeb, nas três etapas de ensino (do 1º ao 5º ano, do 6º ao 9º e Ensino Médio), o primeiro lugar no País. É para se orgulhar?

Não, porque os resultados ainda podem melhorar muito, mas mostram que estamos no caminho certo. O estado de São Paulo está construindo, na Educação Básica, um progresso. Este secretário é o único responsável? Claro que não, existe toda uma história anterior, que vem de muitos secretários anteriores, que construíram uma base. Porém, essa base não foi destruída, mas sim consolidada. Ela avançou.

Como secretário, que chegou para o governador e disse que tinha uma prioridade, sinto-me satisfeito com as propostas que implantei na secretaria, as quais viabilizaram que as nossas crianças e jovens pudessem ter uma Educação melhor. Esse é um sentimento bom.

Em relação à questão em pauta, que trata fundamentalmente da chamada pública relacionada à agricultura familiar, eu não percebi - como secretário, mesmo porque essas coisas estão afeitas a uma área específica - nenhum movimento no sentido da consolidação da fala do deputado João Paulo Rillo. Mas, se isso ocorreu, se a CPI

chegar a essa conclusão, os servidores públicos têm que arcar com as responsabilidades dos seus atos, tanto na secretaria quanto na Assembleia. Na cooperativa, também.

Acho que as pessoas têm que responder por aquilo que fazem. Eu não me sinto traído. Houve pessoas muito comprometidas. Como secretário, eu saí com uma leitura completamente diferente da Educação, seja como profissional, seja como ser humano. Como profissional, eu entendo as dificuldades da Educação Básica e acho que a prioridade deste estado deveria ser a Educação Básica.

Tenho absoluta clareza da necessidade de uma atuação muito forte e mais investimentos na Educação Básica. Como ser humano, eu saio melhor, porque aprendi - com pessoas muito simples na área da Educação e com as dificuldades que os professores e funcionários enfrentam - que há muito comprometimento.

Na realidade, existem pessoas muito sérias que fazem um trabalho muito sério. Então, eu não me sinto traído, deputado João Paulo Rillo. A CPI chegará a alguma determinada conclusão. Se houve, de acordo com os relatórios da CPI, algum fato que mereça punição, isso deverá ocorrer.

No entanto, eu não me sinto traído. Sinto-me bastante confiante de que o estado de São Paulo pode dar aos nossos estudantes uma educação melhor, basta que haja compromisso, envolvimento e valorização de quem, em última instância, faz a Educação neste Estado. Essa pessoa não é o secretário, mas sim o professor na sala de aula.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Quero cumprimentar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e, de forma carinhosa, o professor Herman, que eu conheço desde o tempo da Unesp. O professor Herman já me orientou muito, já me aconselhou e já me ajudou bastante. É um homem que tem uma conduta, comportamento e caráter definido. Eu digo caráter definido, porque existem pessoas que têm desvio de caráter, que não é o caso do professor Herman.

Devo dizer, professor, que eu fui contra convocá-lo para estar hoje aqui. A insistência foi principalmente do deputado Alencar Santana Braga, da deputada Beth Sáhão e da deputada Marcia Lia. Hoje, logo no início, o deputado Alencar Santana

Braga disse: “Professor, a presença do senhor não quer dizer que exista qualquer pré-julgamento.”

Agora eu percebo com clareza, embora não esteja falando com a eloquência do deputado Barros Munhoz, até porque não sou tão brilhante como ele e também não me formei na São Francisco, mas ainda estou abalado pelo acidente dos chapecoenses. Professor Herman, agora eu me curvo diante dos deputados Alencar Santana Braga, Beth Sahnão e Marcia Lia. O deputado Alencar Santana Braga tinha razão. Vossa Excelência teria, sim, que ser convocado. Eu digo mais, acho que deveria ter sido convidado, porque V. Exa. viria da mesma forma.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para esclarecer, ele veio convidado, deputado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Que bom. Sinto-me até melhor com isso. Professor Herman, digo isso tanto como membro quanto relator, eu gostei das colocações do deputado João Paulo Rillo. Estamos trabalhando aqui com total isenção e na busca da verdade. O relatório irá apontar, sim, as irregularidades que houve aqui, ali e acolá. Vossa Excelência enriqueceu e deu estatura a esta CPI.

Gostaria de passar o restante do meu tempo ao nosso eloquente colega, nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Obrigado, deputado Estevam Galvão. Parabéns pela menção. Estamos todos muito chocados. É uma tragédia que comoveu o mundo ontem e que continua nos comovendo. Realmente, ela nos abalou. Que Deus já tenha recebido os nossos queridos “chapes”. Achei tão bonita a música “vamos, vamos, Chape”. A vida é assim.

Muito brevemente, eu só quero dizer o seguinte: não posso negar a validade desta CPI, até porque nós nos empenhamos para que ela ocorresse. Nós endossamos todas as convocações de todas as pessoas que vieram aqui e todos os convites e requerimentos que foram feitos. O presidente presidiu com isenção e brilhantismo.

Com muito orgulho, Srs. Deputados, queria dizer que estamos nos aproximando do final do prazo. Tenho certeza de que iremos aprovar um relatório que irá mostrar que esta comissão conseguiu mais do que a polícia estadual de São Paulo, com todo o respeito. Deputado Delegado Olim, temos que falar, mesmo que doa. Esta CPI



conseguiu mais do que o Ministério Público de São Paulo, muito mais do que o Ministério Público, infinitamente mais do que o Ministério Público de São Paulo.

Não sei o que a Polícia Federal já conseguiu, mas até agora eu não soube de nada que ela tenha conseguido. Também não sei o que a Justiça estadual já conseguiu. Tenho certeza de que nós iremos dar nome aos bois e vamos indicar os culpados por essa maracutaia que, embora pequena, é tão errada e condenável como qualquer uma de valor infinitamente maior.

Ao final da minha fala, quero fazer apenas uma ponderação de que quem já sofreu acusação injusta. E é a coisa que mais dói na vida. Pessoal, não vamos fazer, com as pessoas que não merecem, a injustiça praticada contra outras pessoas. Nós não podemos dar como exemplo os exemplos perniciosos que estão acontecendo no Brasil. Estão todos festejando que os fatos estão sendo apurados e as coisas estão sendo feitas, mas verdadeiras barbaridades estão sendo cometidas contra pessoas que não têm razão para passar o que estão passando.

Então, é essa a defesa que eu faço. Peço desculpas até pela minha eloquência, como foi dito. Eu ponho para fora mesmo. Este país só será o país que queremos quando não houver castas, quando não houver pessoas privilegiadas que estão acima dos outros, quando não houver pessoas que podem fazer o que bem entendem sem responder a quem quer que seja e quando a Justiça prevalecer.

Professor, só tenho que reiterar e parabenizá-lo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o deputado Carlão Pignatari.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Professor Herman, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, um bom dia a todos. Vejo que...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Carlão, V. Exa. me permite? Para não ser indelicado, gostaria de registrar a presença do nobre deputado Gilmaci Santos e do nobre deputado Professor Auriel.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Quero cumprimentar a todos e dizer, Professor Herman, que, depois que conheci o senhor, tenho um orgulho enorme de ser paulista.

O deputado Barros Munhoz disse com muita eloquência, com muita qualidade e capacidade, do grande homem público, do grande homem íntegro e do grande educador que o senhor é. Isso me deixa muito satisfeito. Não tenho nenhuma dúvida de que foi o melhor secretário da Educação da história de São Paulo. Não podemos falar de épocas que não vivemos, mas tenho certeza disso. O senhor é reitor de universidade, PHD, aluno, professor, tudo o que o senhor fez, fez com muito carinho, com muita emoção e muita qualidade em cada um dos seus atos.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que fiz um requerimento para que o senhor não viesse a esta comissão. Hoje, eu me arrependo, pois o senhor vem aqui e deixa muito clara a não participação do senhor, da qual todos nós sabíamos. Os próprios companheiros de outros partidos, dos partidos de oposição desta Casa...

Tenho certeza de que a Educação de São Paulo - e o senhor sempre dizia isso - tem que melhorar todos os dias. O fruto de seu trabalho, nós conquistamos no começo deste ano, mesmo com uma melhoria pequena, mas que está avançando e que precisa avançar todos os dias. Por isso, o senhor fez reuniões com professores, com diretores e supervisores. Pude comparecer a algumas dessas reuniões e vi o grande respeito que a grande maioria dos nossos educadores tinha pelo senhor. Acho que foi uma perda histórica para São Paulo, a sua saída da secretaria a seu pedido, mas tenho certeza de que a Educação tem que continuar investindo.

Gostaria apenas de fazer uma colocação: o senhor disse - não sei se foi na fala da deputada Beth ou da deputada Marcia Lia - que acredita que vai ter que haver uma centralização dos produtos de merenda de São Paulo. O senhor não acha que seria melhor uma descentralização de 100%, desde que o estado fizesse o repasse, junto com a União, dos recursos financeiros para que cada um dos prefeitos de nosso estado pudesse cuidar e fazer com que ali, com a ajuda das diretorias de ensino, que começaram na sua época de secretário a ser capacitadas com nutricionistas, com engenheiros, com pessoas capacitadas para fazer com que aquela merenda tivesse qualidade...

Eu, quando prefeito, sempre dizia o seguinte, que para a grande maioria dos alunos da rede pública, infelizmente, a melhor alimentação que eles têm é a merenda que eles comem na escola. Acho que isso é muito preocupante, infelizmente. Não deveria ser assim, mas, no Brasil, é assim. Quero cumprimentá-lo e pedir que o senhor diga, rapidamente, o que acha disso e o que o senhor acha que temos que fazer.

Em minha opinião, conversando com nossos companheiros, acho que houve falhas nas secretarias, má intencionadas ou não. Não achei, no depoimento do Sr. Chebabi na Polícia, que tenho aqui, nenhuma citação de pessoas da secretaria, a não ser “o Marcel disse, o fulano disse, o beltrano disse”. Não achei e até gostaria de ver esse trecho, se aparece em outro lugar, mas, na Polícia, de acordo com o relatório que tenho, não tem.

Quero deixar isso para o senhor, para que possamos fazer uma discussão maior sobre isso. Acredito que, quando se faz a descentralização com responsabilidade e com recursos financeiros, que hoje os municípios não têm... Vi a deputada Marcia Lia dizendo que Araraquara custeava para as delegacias, para os fóruns, para os Ministérios Públicos. Isso, infelizmente, é uma regra no estado de São Paulo - não sei se o é em outros estados - de que o que puder empurrar para o município...

Gostaria, rapidamente, que o senhor fizesse esse tipo de colocação, professor Herman. Quero cumprimentá-lo e dizer que fiquei muito feliz de revê-lo. Tenho certeza de que conquistei um bom amigo nesse tempo em que ficamos juntos no governo de São Paulo.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O deputado Carlão já foi prefeito e sabe o que é, não é?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Obrigado, deputado.

A minha fala foi no seguinte sentido, se não houver um movimento no estado para viabilizar que os prefeitos possam receber um recurso a mais, mas que possam utilizá-lo, além de com mantimentos, também com a questão da mão de obra, os prefeitos não aguentarão. Eles não aguentarão, pois o impacto da folha no Orçamento coloca os prefeitos na questão do limite prudencial e eles acabarão sendo responsabilizados por uma ação que deveria ser pública de estado e não pública de município.

Apesar de o aluno da rede estadual ser morador do município, apesar de ele estar lá e o estado ser uma figura virtual, ele é aluno da rede estadual. Então, os movimentos terão que ser no sentido, primeiramente, de viabilizar um repasse maior do que o estado de São Paulo está viabilizando e, em segundo lugar, a mudança do decreto, autorizando que o prefeito utilize, inclusive, para folha de pagamento. Se isto passa ou não na área

jurídica do estado, eu não sei, pois, nesse caso, o estado passa a incorporar na sua folha, talvez, no seu limite prudencial, esses servidores que serão pagos.

Enfim, se não acontecer, os prefeitos devolverão a merenda. Devolverão. E a gestão da merenda centralizada, que é o modelo do estado administrando, é muito complexa. Ela é muito complexa e não garante o mais importante, em meu entendimento. Apesar das nutricionistas, apesar do balanço na alimentação, a distância do estado do município, do aluno, do pai do aluno e do prefeito fará com que as famílias sempre comparem a qualidade da merenda do município com a do estado. Então, a garantia do município é a qualidade da merenda do município, que ele oferece para os nossos alunos.

Então, é preciso haver esse movimento, deputado. Senão, os prefeitos não aguentarão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o deputado Luiz Turco.

**O SR. LUIZ TURCO - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Herman, ex-secretário da Educação. Logo no início de sua fala, ele fez uma exposição bastante interessante a respeito da Educação no estado de São Paulo, com a qual concordo em parte.

Acho que a Educação no estado de São Paulo precisa ser revista de uma maneira geral. O governo do Estado tentou fazer um debate sobre a questão da reorganização das escolas, ainda quando o senhor era secretário, se não me falha a memória. Foi no ano passado. Enfim, acho que temos que rever a questão da Educação no estado de São Paulo. Há a questão da central das matérias, a valorização dos professores e professoras. É uma categoria importante de nosso estado que é pouco valorizada, nos últimos anos, pelo governo do Estado.

Há uma questão que o deputado Barros Munhoz levantou e eu concordo com ele, de que precisamos rever a questão que o país está atravessando, pois, infelizmente, o poder público, o Poder Judiciário usa dois pesos e duas medidas para julgar as pessoas, hoje. Então, de fato, existem várias distorções sobre as quais precisamos fazer um grande debate neste país.

Mas eu gostaria de fazer a seguinte questão: como foram escolhidos os coordenadores da Cise em sua gestão? E os diretores do DAAA? Não sei se isso já foi

perguntado, pois precisei sair. Gostaria de ouvir sua resposta, se fosse possível. E, ao longo desses anos, quais foram as maiores dificuldades para a compra da alimentação escolar aqui no estado de São Paulo? O senhor percebeu se havia algo estranho sendo trabalhado nos processos de compra de merenda na Secretaria Estadual da Educação?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Com relação à escolha dos coordenadores, eu já havia me manifestado. Quando a nova estrutura foi implantada, em 2012, minha indicação dos coordenadores se baseou em sua vinculação à própria secretaria, com exceção de uma coordenadoria, que era a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação, a Cima, que era uma área nova que eu julgava extremamente importante para a questão do que chamo de inteligência da secretaria - inteligência no sentido de informação, dados, números, avaliações. Não havia na secretaria uma pessoa com esse perfil, então eu trouxe uma pessoa. Fiz uma seleção e trouxe uma pessoa que tinha o perfil adequado.

Os outros coordenadores - na área de Recursos Humanos, o Jorge, a Ana Leonor, enfim - eram pessoas que estavam na secretaria. Quando cheguei à secretaria, eu até me manifestei. Convidei duas pessoas da Unesp para me acompanhar: era um assessor parlamentar e a área de comunicação acadêmica, pois eu queria uma comunicação diferente. Só.

Depois, houve uma mudança na Cise, sai a Ana Leonor e entra a Dione, que também era uma pessoa de carreira, de 40 anos na secretaria. Ela comandou a área de convênios da secretaria. Com a aposentadoria da Dione, convidei a professora Célia Falótico, que teve uma atuação na prefeitura municipal, com muita experiência na área educacional. Todas essas pessoas eram ligadas à área da Educação. Então, o critério de escolha dos coordenadores foi, primeiro, ter a possibilidade um vínculo maior com o estado, de estar vinculado ao estado na área da Educação; em segundo lugar, demonstrar experiência na área. Essa foi a ação.

Dentro da coordenadoria, ninguém interferiu. Dentro da coordenadoria, em relação à escolha e à composição dos quadros, eu passei a responsabilidade para o coordenador - como eu havia dito na minha fala anterior, há alguns instantes - por entender que, como ordenadores de despesa a serem responsabilizados ou não, a serem cobrados pelas ações, eles tinham direito de escolher pessoas de sua confiança. Então, coube ao coordenador a indicação das pessoas, a manutenção ou a troca, sem que houvesse interferência.

**O SR. LUIZ TURCO - PT** - Sr. Presidente, passo o restante do meu tempo ao deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental. Vossa Excelência tem mais três minutos, que eu já incorporo ao tempo do deputado Alencar Santana, que seria o próximo orador. O deputado tem o tempo de treze minutos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Primeiramente, mais uma vez quero destacar, professor, que o senhor está aqui para colaborar com a CPI, para dar o testemunho daquilo que conhece para poder ajudar a CPI a finalizar o seu trabalho. Não há qualquer condenação nesse sentido.

Eu diria que a CPI avançou bastante, como o deputado Barros Munhoz disse, mas ela avançou em alguns pontos, por exemplo, em detalhes da Secretaria da Educação que foram revelados. Se houve a revelação - que já vinha de notícias de imprensa, mas que aqui nós confirmamos - de cheques depositados em contas de determinadas pessoas, de assessores, de contrato assinado, de valores de mais de 500 mil na conta de uma pessoa, também revelamos que aconteceram na secretaria coisas que, talvez, inicialmente, ninguém imaginava, mas que, a partir do trabalho, foram sendo reveladas e esclarecidas. Mas ainda faltam questões para que possamos ter determinado aprofundamento.

O senhor disse que escolheu determinadas pessoas, coordenadores. Por que o senhor trocou alguns? Houve troca de coordenadores em seu período. Na Cise, por exemplo. Qual a razão que fez o senhor trocar um coordenador pelo outro?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A Cise começou, se não me falha a memória, com a Ana Leonor. Depois, passou a Dione e finalizou, na minha saída, com a professora Célia. A Ana Leonor tinha um vínculo com a Saúde e pretendia retornar para a Saúde. Ela voltou para a Secretaria da Saúde. Meu convite para a Dione foi porque ela tinha décadas de secretaria e trabalhava exatamente na área de convênios. Uma pessoa de muito espírito público, que aprendi a conhecer como secretário; eu não a conhecia antes. A Dione se aposentou e convidei a professora Célia Falótico, que tinha experiência na prefeitura, também na área. Então, a troca não foi por desconfiança ou por qualquer ação que não fosse a própria intenção do coordenador em

voltar para origem, em outra secretaria, ou a aposentadoria, no caso da Dione. Essas foram as razões.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quando os coordenadores escolhiam seus diretores - o senhor disse aqui da liberdade e isso é importante, a relação de confiança entre as pessoas -, eles também diziam quem eles estavam escolhendo. Correto?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eles informavam às pessoas o que estavam trazendo, é claro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor se lembra por que razão o Sr. Rodrigo Pimenta saiu? Ele era diretor do DAAA.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Foi uma decisão da professora Célia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ela argumentou o quê?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Na última decisão dela, ela falou: “Trocarei o diretor”.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Acho que foi da Dione.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não, foi da professora Célia Falótico. Basta olhar as datas. Assim que a professora Célia assumiu, a professora Célia disse para mim que trocaria o diretor da Diretoria de Alimentação e Atendimento ao Aluno, que era o Rodrigo. Foi uma decisão pessoal dela.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Secretário, há algumas questões que temos que fazer para poder ter clareza. Para mim, particularmente, não está claro. Gostaria de ouvi-lo. Como era feita a fiscalização sobre o trabalho dos coordenadores e diretores? O acompanhamento, se o serviço estava correto ou não estava. Como se dava isso?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Fundamentalmente, por meio das reuniões de trabalho no gabinete. Eu chamava os coordenadores, eles se reuniam comigo. O Comitê de Políticas Educacionais, a cada 15 dias, para tratar das questões das políticas nas diversas coordenadorias da secretaria. Os coordenadores em conjunto. Como está indo a área acadêmica? Qual é o problema da área acadêmica? Como está indo a área de Recursos Humanos? A grande ação na área de Recursos Humanos foi informatizar e agilizar a questão de aposentadoria, por conta da criação da SPPrev, enfim... Na área de Infraestrutura e Serviços Escolares, tínhamos reforma de escolas.

Então, essas eram as reuniões do Comitê de Políticas Educacionais, que estava pensado na estrutura da secretaria. E, semanalmente, o secretário com os coordenadores, só os coordenadores, para tratar do dia a dia das coordenadorias. Quando agendavam, ou quando havia interesse em discutir um assunto em particular, o coordenador tinha livre acesso e conversava com o secretário. Não havia qualquer tipo de impedimento para que isso acontecesse.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sobre a questão administrativa, processual, uma das pessoas da secretaria disse que, no caso de contratos acima de 600 milhões, o Sr. Padula tinha um acompanhamento mais próximo. Não me lembro se foi a Marilena ou o Rodrigo quem falou isso. Não vou lembrar o nome, mas foi dito aqui na CPI. O Sr. Padula cuidava mais dessa questão administrativa da secretaria?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A chefia de gabinete tem uma responsabilidade enorme, afeita à função de chefe de gabinete. A chefia de gabinete era o elo entre as coordenadorias. Existem as coordenadorias de nível horizontal, e a interlocução das coordenadorias com a chefia de gabinete era diária. Então, há um papel importante da chefia de gabinete no acompanhamento das ações das coordenadorias, não sob a ótica - considerando-se o conceito de unidade orçamentária - da responsabilidade orçamentária, mas sob a ótica do acompanhamento das ações de cada coordenadoria. Sem sombra de dúvida, isso tinha a participação da chefia de gabinete.

No caso dos processos, os convênios que eram aprovados pelo Conselho Estadual vinham sempre do secretário. O secretário vê os convênios. O Conselho Estadual



aprova o convênio, e o secretário o analisa antes de encaminhar ao Conselho Estadual. Sem dúvida, a chefia de gabinete tem um papel importante na interlocução com as diversas coordenadorias, claro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Secretário, além do processo de 2013... Vou usar uma expressão que algumas pessoas usaram aqui, inclusive os próprios servidores. Aconteceram “coisas estranhas”. Mas isso não foi só em 2013; também ocorreu em 2014 e 105. Vou mostrar logo mais. E houve coisas além da Coaf. Em 2013, a primeira chamada foi publicada no Diário Oficial em nome de uma servidora, a Sra. Vanessa, que não tinha competência para abrir a chamada. O senhor mesmo disse que os processos eram abertos pela coordenadoria. No processo, não há a assinatura dela. A Sra. Vanessa, que era diretora do Cenut, disse aqui semana passada: “Não assinei, porque sabia que estava errado”. E 20 dias depois dessa primeira publicação, é publicado outro processo, assinado pelo Rodrigo Pimenta, que também não tinha competência.

O problema do cancelamento informal da chamada de 2013 não é a história do PPais ou do dinheiro do FNDE. Isso é desculpa. O relatório de 2016 - se quiser, eu mostro - foi publicado pela nova coordenadora, cancelando a chamada de 2013 e apontando 10 motivos, dentre os quais o sobrepreço. O preço de referência feito foi de R\$ 1,52. A cooperativa ganha com R\$ 1,52 - acima do que deveria ser. Há inúmeras outras irregularidades. Isso aconteceu em 2013. Ela foi cancelada informalmente, e nenhuma medida foi tomada contra aquele servidor, que publicou em seu nome, contrariando um parecer jurídico e passando por cima da coordenadora e de todo mundo. Como o senhor vê isso?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Serei repetitivo, porque na realidade é isso mesmo. O processo começa e é concluído na coordenadoria, inclusive com autorização de pagamento. No meu despacho com a coordenadora à época, para a não assinatura do contrato, a fala foi dela: “Não assinarei o contrato, por um erro processual”. Esse erro processual - de novo, estou dizendo o que foi passado por quem respondia pela área - se deve a uma chamada ter recursos de fontes diferentes com regras diferentes. Ponto final. Eu falei: “Tudo bem”. Se a decisão é não assinar, temos que partir para uma nova chamada. Foi essa. Deveria ter sido fechado ou encerrado o processo. Por que isso não aconteceu? Não sei. Mas a alegação era a

orientação técnica das áreas para a não assinatura do contrato, com base nesse motivo de os recursos não serem de uma fonte única.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não vou ler tudo aqui, se não eu perderia parte do meu tempo. Mas nas páginas n<sup>o</sup>s 1.051 e 1.052 do processo, são elencados todos os motivos pelos quais a chamada de 2013 foi arquivada em 2016. São vários, desde a não instituição da Comissão de Avaliação e Credenciamento. Não houve qualquer ato dizendo isso. E a questão do preço, que agora falaram. Houve diversas irregularidades.

Mas agora quero falar das irregularidades de 2014. Foi aberto um novo processo, que talvez tenha ensejado a CPI. O preço é formulado somente consultando duas empresas, a Coagrosol e a Coaf, justamente as vencedoras. Inúmeros documentos falsos foram apresentados. Uma pessoa da secretaria dá um prazo maior, contrariando o edital, que dava cinco dias, prorrogáveis por mais cinco. Um prazo maior para resolver um problema documental. Houve laudo falso do Instituto Adolfo Lutz. Enfim, houve inúmeros problemas, novamente envolvendo a contratação da mesma empresa que fora contratada em 2013. Não é estranho isso?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A fala é a mesma. Se a CPI chegar à conclusão de que houve um procedimento inadequado, não processual e mais por má-fé, as pessoas vão ter que responder. A orientação da coordenadora na assinatura do contrato foi simplesmente: “Assinarei o contrato e ponto final”. Não houve nenhuma manifestação de não assinatura de contrato por conta de qualquer irregularidade que porventura tenha sido sinalizada, quer seja pela área técnica ou não. E por parte de quem responde pela área, para a administração, não houve nenhuma manifestação de que haveria irregularidades com relação ao processo. Assinou-se o contrato de acordo com orientações da área técnica.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O próprio Tribunal de Contas do Estado, em relatório, disse que houve um sobrepreço de 44 por cento. Não é afirmação nossa, mas documental. Sobre esses documentos falsos, nenhum de nós tem mais dúvida. Os deputados da base do governo podem falar sobre isso. Isso ocorreu; é fato. Em 2015, também foi aberta... A coordenadora - estou em dúvida - era a Célia?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Em 2015, já era a Célia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Foi aberta uma nova chamada, que foi cancelada agora em 2016. E um dos motivos do cancelamento é que havia uma diferença considerável entre os preços inseridos na chamada pública e os levantados pela Esalq, da USP. Eles pediram um parecer da Esalq sobre o preço. Foi dito aqui também; estou agora com esse documento. A chamada pública, em 2015, prevê um preço de R\$ 6,62, e a Esalq diz que é R\$ 4,48. Isso é o preço de um litro. O preço de 200 mililitros, ela diz que é R\$ 1,69; e a Esalq diz que é R\$ 1,29.

Houve sobrepreço também na chamada de 2015. Já tinha sido feito o processo; já tinha sido homologada a chamada pública, e aí foi cancelada, justamente mais uma envolvendo o suco de laranja. O senhor sabe alguma coisa sobre isso? É muito estranho. Tudo que envolvia a compra disso teve problema?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - A questão de fundo é a agricultura familiar, o incentivo ao pequeno produtor. Uma leitura muito pessoal minha é a de que a lei de 2009 é muito sábia. O objetivo dela é muito nobre: que 30% dos recursos federais venham àquele que está produzindo, o que incentiva a agricultura familiar. A diferença de preço - não estou justificando o que está aí, mas dizendo um sentimento meu - entre produto industrializado e produto da agricultura familiar diz respeito à quantidade e às condições. Quando colocamos na mesma mesa preços com conceitos diferentes, é preciso tomar cuidado. A leitura da agricultura familiar - e isso foi passado a mim enquanto secretário, não no caso específico, mas no caso da agricultura familiar que eu queria entender - é que se objetiva fomentar e dar condições ao trabalhador do campo. Pode haver uma diferença de preço se você compara uma coisa com a outra.

Serei de novo muito objetivo: se a CPI apontar irregularidades e as pessoas envolvidas as fizeram por desconhecimento ou por má-fé, não têm que responder pelos seus atos. Não interferi em processo algum. Meus despachos com o coordenador ou com a coordenadora sempre eram no sentido de passar ao secretário o andamento ou as questões que estão em andamento. Com relação a 2013, minha fala foi clara: a orientação da área técnica era de que a coordenadora não assinasse. Ela disse: “Não assinarei por orientação técnica”. Com relação a 2014, não houve nenhuma

manifestação, da coordenadora, de não assinatura. A decisão é da área, baseada no parecer técnico das áreas técnicas da secretaria.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Duas coisas importantes. Primeiramente, a análise de preço é feita sobre a agricultura familiar. A própria Esalq fez isso, ou seja, quanto à questão do preço do produto da agricultura familiar.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - O pregão, via de regra, derruba de 20% a 30% do preço normal. Como V. Exa falou em 30%, pensei que estivesse comparando uma coisa com outra.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não. O preço da agricultura familiar. O próprio Tribunal de Contas diz isso, e a Esalq também, analisando o preço de 2015. Secretário, o Conselho Estadual de Alimentação em algum momento apontou problemas contratuais, procedimentos que envolvessem a alimentação escolar?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Me lembro, no início, de um certo atrito quando Ana Leonor era coordenadora; um atrito entre esse conselho e a coordenadoria, por questão documental: não responder documentos... Esse assunto veio ao secretário no que diz respeito à necessidade de uma melhor articulação entre o conselho e a coordenadoria responsável pela área. Com a Dione, que comandou a Cise nessa época, essas questões já não vieram mais tão fortes. Houve uma questão envolvendo a composição, que culminou com a documentação indo para o FNDE. Não sei o resultado da decisão do FNDE, que diz respeito à composição. Havia uma discordância com relação à composição no que diz respeito à indicação de nomes por entidades: se era por eleição, por indicação. Houve uma discordância entre as áreas da secretaria: a Cise, a chefia de gabinete e o conselho. Essa matéria foi ao FNDE. Eu estive lá e conversei com o presidente do FNDE, que disse que estava na área jurídica do FNDE para tomada de decisão. Qual foi a decisão? Não sei, porque já não estava mais na secretaria. Mas de fato houve atrito entre ambos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Além dessa questão do atrito, que culminou depois nesse novo conselho, praticamente imposto segundo a versão do conselho anterior, houve essa denúncia no FNDE. O conselho anterior fez diversas

representações também no Ministério Público sobre problemas e contratos que envolviam alimentação escolar. Estão tramitando. O Sr. Azuaite é uma das pessoas que queremos convocar e ouvir; esperamos conseguir.

Secretário, além dessa questão da Coaf, houve outras irregularidades em outros processos. Vou dar um exemplo: a contratação de pão, que não foi por chamada, mas pelo Pregão Eletrônico 040-DAAA/2015, Processo 280. Para formar o preço, são consultadas três empresas ou mais. Consultaram três. Por incrível que pareça, os três preços são da mesma empresa, justamente a vencedora. A Re-Ali Junior apresenta o preço... Vejam como é a classificação: empresa um - Re-Ali Junior; preço: R\$ 11,00. Empresa dois - Re-Ali Junior. Não é Re-Ali Junior "B", não; é Re-Ali Junior mesmo. Preço: R\$ 12,10. Empresa três Re-Ali Junior; preço: R\$ 10,75. E ela apresenta depois o preço de R\$ 13,69. O preço médio varia de R\$ 10,75 a R\$ 12,10. E apresenta, no preço final, por R\$ 13,69. Se você pegar o relato das conversas do pregão eletrônico - isso é público -, eles dizem: "Vamos ajustar o preço da Re-Ali". Ela acaba ganhando com o preço final de R\$ 11,01. Não é muito estranho acontecer isso no mesmo departamento?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não tenho conhecimento desse processo. Mas como eu já havia dito: o que a CPI for apontar com relação a questões processuais, acho que serve à secretaria para tomada de decisões e mudança de procedimentos. Nesse caso em particular, não tenho a menor ideia, porque não o conheço. Esses números são apresentados a mim pela primeira vez.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só para informá-lo, isso não está no processo da secretaria. Só estou dizendo de onde nós tiramos.

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Perfeito. Não questiono.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ocorreram lá diversas coisas que não conseguimos entender. Ou melhor: temos a clareza de que pessoas atuaram fraudando alguns processos. Vou dar um exemplo de outro processo: isto aqui é uma proposta de preço em que a empresa colocou o nome de diversas empresas, além de códigos, números - não sei se são exatamente os valores - e nomes de outras empresas. E juntou isso no processo. Depois, esse processo foi cancelado por outra razão. E faz-se

de conta que ninguém viu. Então, a secretaria cancelou o processo e fez uma contratação emergencial, mas ela contratou justamente as empresas que estavam anotadas na proposta da outra empresa, em um processo de meio bilhão, que é o de transporte escolar. Depois, as empresas mencionadas documentalmente - está no processo da secretaria, temos aqui os códigos e nomes - são contratadas de forma emergencial. Isso ocorreu no mesmo período.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como o senhor vê isso?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Minha fala é a mesma: transporte e merenda são questões de gestão complexa. Não vou entrar em detalhes de números. Não vou justificar absolutamente nada, por não conhecer; e não vou eximir pessoas se houver responsabilidade, porque acho que as pessoas devem assumi-la. O transporte deve ter o mesmo modelo da merenda: ser descentralizado. Não há outro jeito. A grande questão é o georreferenciamento. Não vou entrar em muito detalhe técnico, mas a grande dificuldade...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só uma pergunta: o senhor fez alguns avanços com uma reforma administrativa. Por que não se conseguiu avançar nessas questões, e as mesmas empresas prestam o mesmo serviço há tantos anos?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Não é que prestam o mesmo serviço há anos. São as que participam regularmente na questão do transporte escolar. A questão do transporte não ser totalmente descentralizado, que deveria ser descentralizado... Quer dizer, deveríamos ter um convênio com as prefeituras - e temos com muitas prefeituras - no sentido do repasse do recurso para o prefeito poder viabilizar o transporte do aluno. A grande questão é o georreferenciamento, é ter os dados corretos da localização onde o menino mora para otimização de rota.

Quando saí da secretaria, o georreferenciamento estava sendo implantado - acho que está implantado. Acredito que a questão do transporte poderá ser acelerada no sentido de mais eficiência com as prefeituras do que a própria merenda, se ela também não for descentralizada.

Com relação ao transporte, V. Exa. me passa agora as informações de que estão relacionadas com uma coordenadoria que trabalha com questões complexas. É tão complexo quanto a merenda. A gestão não é simples, é uma gestão extremamente complexa. Não vou passar mais informações por não conhecer.

O que quero citar é o seguinte: a Secretaria de Estado da Educação que conhecia... a pasta tem uma consultoria jurídica extremamente competente. Seria importante analisar as manifestações jurídicas nos processos, porque os processos sempre vêm acompanhados de uma orientação jurídica e a minha orientação enquanto secretário para os coordenadores sempre foi atender às manifestações da consultoria jurídica da Pasta. Então tem de pegar esses processos e verificar se as decisões foram na contramão dos posicionamentos jurídicos ou não.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é tema desta CPI.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É uma questão objetiva. Professor, algum deputado, por exemplo, o deputado Capez, teve alguma reunião com o senhor na secretaria junto com o Sr. Padula?

**O SR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD** - Eu me encontrei com o deputado Capez duas vezes. Uma foi na secretaria, no primeiro mandato do governador Geraldo Alckmin, quando ele foi me presentear com o livro que ele havia escrito, porque eu também escrevi livros. Ele me presenteou com um livro da área jurídica. A segunda vez foi aqui na Assembleia, na audiência pública para tratar do Plano Estadual de Educação. Ele havia tomado posse como presidente da Assembleia, eu não o havia encontrado ainda, então antes de ir para a audiência passei para cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Foram duas vezes. (Fala longe do microfone.)

Eu não me lembro se ele esteve aqui. Com o Capez? Com a minha presença não. Só se esteve depois. Eu não me lembro se o Padula esteve aqui na Assembleia Legislativa junto comigo e o Capez. Isso eu não me lembro. Mas eu estive com o deputado Capez duas vezes: lá e aqui na Assembleia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Encerrada a participação do secretário, quero mais uma vez agradecer sua disponibilidade e presteza; dizer que o senhor honrou a secretaria enquanto esteve à frente da pasta e que tem o respeito, não

vou dizer de 100% porque há sempre os opositores, mas de 99% dos deputados desta Casa.

Vamos suspender a reunião por dois minutos para trazer o próximo depoente.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tomem assento para retomada da nossa reunião.

Quero agradecer a presença do Sr. Joaquim Geraldo Pereira da Silva, sócio administrador da empresa Riocamp Negócios Institucionais. Ele tem problema de ordem médica, mas explicamos a ele a importância de vir. Ele acabou fazendo um grande sacrifício e está aqui para prestar os esclarecimentos a esta CPI. Agradeço a disponibilidade, Sr. Joaquim.

Quero que o advogado que o acompanha, por favor, se apresente para se identificar.

**O SR. PAULO ANDRÉ FERREIRA ALVES** - Bom-dia, Srs. Deputados. Sou o advogado do Sr. Joaquim, eu o represento na Operação Alba Branca, onde é investigado. Estou à disposição para colaborar com os senhores no que for necessário.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quero lembrar ao Sr. Joaquim que está aqui na condição de testemunha. Em função disso, tem o dever de falar a verdade sob todas as penas da lei, tanto do ponto de vista civil como criminal. O doutor pode assessorá-lo, mas quem deve responder às perguntas é o Sr. Joaquim.

O que solicitamos sempre, Sr. Joaquim, é que a pessoa faça uma explanação sobre a sua atividade econômica, o que o senhor faz, a sua relação com o Poder Público, em especial com a Secretaria da Educação do estado, se tem algum tipo de relação de negócio e o que o senhor conhece da Operação Alba Branca. Como o doutor disse, o senhor também figura entre as pessoas que estão sendo investigadas - é isso - enfim, o que o senhor sabe da Operação de uma forma geral e aquilo que considerar relevante



dizer. Este primeiro momento é para que o senhor faça essa exposição, diga aquilo que considera interessante, e depois abrimos para as perguntas das Sras. Deputadas e Srs. Deputados que quiserem fazê-lo.

Por favor, fale bem próximo ao microfone porque as reuniões são todas gravadas. O senhor tem a palavra.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Bom dia, Srs. Deputados e demais presentes.

Eu trabalho com processos licitatórios. Sou bacharel em Direito, sou formado nessa área, conheço profundamente essa área e assessoro as empresas nos processos licitatórios com as quais tenho algum relacionamento comercial.

Há mais de 25 anos o meu trabalho é em processos administrativos na área de licitação. Trabalho para muitas empresas, vejam o tempo que tenho na área. Conheço esse processo da Alba Branca que tem uma cooperativa alvo de investigação e estou presente na condição de ter sido citado, mas disponho de toda documentação para provar a minha inocência. Pessoas, talvez na tentativa de se ver livres de algum tipo de situação, judicialmente falando, podem ter falado coisas inadequadamente e em função disso fui citado. Já prestei esclarecimentos judicialmente quando fui coercitivamente levado para a cidade de Bebedouro. Lá fiquei retido durante nove dias e já prestei uma oitiva - acredito que os senhores têm conhecimento disso.

Não conheço nenhuma pessoa do estado, não tenho nenhuma relação comercial com ninguém do estado, principalmente no estado de São Paulo, onde vivo e trabalho. Sou apenas um consultor de negócios que representa algumas empresas. Acho relevante dizer isso. De resto, são trabalhos normais que desenvolvemos nas empresas com relação a esses processos licitatórios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Estão abertas as inscrições. Agora são 11 horas e 54 minutos. Até as 12 horas e 54 minutos as Sras. Deputadas e Srs. Deputados podem se inscrever.

A primeira inscrita é a deputada Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Antes de iniciar minha fala, cedo um minuto ao deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para entender: o tempo é da deputada Beth Sahrão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero cumprimentar o Sr. Joaquim...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para entender, o tempo é da deputada Beth Sahrão?

**A SRA. BETH SAHRÃO - PT** - Sim, eu estou passando um minuto, dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está bem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero cumprimentar o Sr. Joaquim. Sr. Joaquim, qual serviço o senhor prestou para a Coaf e qual serviço o senhor prestou para a Re-Ali Panificadora? Porque há transferências de valores dessas empresas para o senhor.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu sou contratado da Coaf, da qual existe um documento que está retido judicialmente na prefeitura de Bebedouro pelos promotores, um contrato assinado pelo presidente ou vice-presidente, então eu sou representante comercial deles em apenas dois negócios.

Com relação à Re-Ali Junior, também sou contratado deles para desenvolver consultoria em processos licitatórios, ou seja, eu posso trabalhar para “n” empresas, desde que o produto não seja similar. Isso é razão de contrato, cláusula contratual.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que o senhor fez para a Coaf, quais as cidades, em quais contratos o senhor atuou? Fale um pouco se o senhor atuou em alguma questão envolvendo o laudo bromatológico.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Pois não. Com relação à Coaf, foi feita uma venda na cidade de Araras, onde tinha uma chamada pública. A pessoa da Coaf, o representante da Coaf foi quem foi lá e fez o negócio, mas eu já era

representante em outro negócio em que não fomos vitoriosos, ganhou outra empresa, mas já tínhamos um pouco do produto que fazia parte daquela chamada que vendíamos lá. Em função disso, fizemos um contrato com a Coaf porque eu não trabalho sem contrato, pois eu me sentia sem uma segurança, digamos assim, para poder desenvolver o meu trabalho.

Com a Coaf era só isso. Conheci a Coaf em função de que a empresa em que eu realmente trabalhava há muitos anos, uma empresa lá de Bebedouro, fazia um produto para eles, apenas isso. Eu não tenho nenhum tipo de outro contrato, não fui a nenhuma outra cidade em nome deles.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - E da Re-Ali?**

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Eu trabalho na Re-Ali há mais de dez anos, também fazendo a mesma coisa, consultoria em processo licitatório, uma espécie de gerenciamento desde o edital até a logística.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Todos os contratos?**

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Não, imagina, eu não teria condições de fazer todos os contratos. Aí são algumas administrações, porque já fomos, apresentamos o produto, ele foi aprovado e, acabando, ficamos como representante daquela cidade, onde acabamos sendo a pessoa contratada para representar naquela cidade também.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** O senhor vendia algum produto? O senhor falou, há pouco, que também vendia produtos.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Não vendia?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Não, de jeito nenhum.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** O senhor só era consultor?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Só era consultor em processos licitatórios nos quais eu tenho formação acadêmica.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E esse laudo bromatológico que o senhor forneceu...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Isso aí é uma pequena invenção de quem quer se ver livre de alguma coisa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu não terminei a pergunta.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Desculpe, eu até me antecipei pensando...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Há uma comprovação de que esse laudo bromatológico é falso, que foi fornecido à Coaf. O senhor tem alguma coisa a dizer a respeito disso?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - A senhora é a deputada...?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Beth Sahão.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sra. Beth, é uma grande mentira que o laudo seja falso. O meu representante, advogado, está aqui e tem o laudo original com selo de autenticidade de uma empresa rastreável, ISO 9.000. Quem ouviu falar de algum laudo lá falou bobagem só para constar, para se ver livre da cadeia. Não tem nada a ver com isso. Eu posso provar e ele está à disposição, não existe laudo falso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor fala que o senhor era consultor, é ou era, não sei, consultor. O deputado Alencar já perguntou alguma coisa, mas essa

consultoria era na Coaf, exatamente o que era? O senhor disse um pouco mais detalhadamente da outra empresa, mas e na Coaf, como era essa consultoria?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É a mesma coisa em qualquer tipo de empresa. Você vai, retira o edital, analisa o edital, faz check list da documentação, vê se o produto é adequado, se a empresa atende, quais os documentos necessários. Aí você vai, leva, ou participa em pregão eletrônico, ou participa em tomada ou concorrência pública. Nessas condições, em uma você leva o documento e, em outra, você participa em casa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A Coaf está sendo acusada de cometer fraude nas chamadas públicas. O senhor era consultor da Coaf, o senhor nunca...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, mas eu só...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deixe-me terminar, por favor. O senhor aguarde as nossas perguntas para depois se manifestar.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Perdão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor nunca se preocupou em falar para a Coaf que alguma coisa estava errada nas coisas que ela fazia? Por exemplo, os laudos bromatológicos que foram considerados falsos, a filiação dela à Ocesp também era considerada falsa. O senhor, como consultor da Coaf, que acompanhava desde o início até o final do processo, nunca observou isso?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu era consultor da Coaf no processo licitatório que a Coaf me apresentou para fazer, ou seja, naquela prefeitura eu não conhecia absolutamente nada que a Coaf estivesse fazendo ou deixando de fazer, não era obrigação minha.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Como consultor, o senhor foi acusado também de fornecer notas fiscais fraudadas para dar aparência de legalidade às comissões pagas pela Coaf. Como o senhor se posiciona em relação a essa acusação?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Essa acusação também é uma mentira porque eu tenho e pode ser retirado por qualquer um na prefeitura de Campinas, é só entrar na nota fiscal eletrônica, clicar o CGC e tirar um talão de notas emitidas por mim. Então as notas existem, não tem nota fiscal...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - As notas existem, eu quero saber a veracidade do conteúdo das notas. Esses serviços foram executados?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Está claro, o serviço que eu prestei como consultor para a empresa, ganhando uma comissão por isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Qual foi a comissão, o senhor se lembra?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu me lembro. A comissão, de acordo com o contrato, girava em torno de 21% em alguns tipos de contrato. Em um início de contrato foi 5% porque não tinha nenhuma metodologia, nem acompanhamento.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Desde que ano o senhor fazia essa consultoria?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Em meados de 2015 e terminou no final de 2015, início de 2016.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É que aqui já temos um cheque da Coaf. Dia 07 de março, início do ano ainda, foi feita uma TED da Coaf à Riocamp no valor de R\$ 34.500. O senhor confirma essa TED?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim, confirmo. Tenho uma nota fiscal disso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Dia 14, dia 21 de março também, do mesmo ano, a Coaf também repassou para o senhor um valor de R\$ 58.504. Isso era referente a quê? A qual contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ela não repassou isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Nós temos o número do cheque aqui, 79.19.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Na verdade, esse cheque voltou e, em função de...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não tinha fundos?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não tinha fundos. Por duas vezes. Depois, eles emitiram dois cheques de 27 mil, porque, quando ele voltou, eu paguei os juros da diferença. Acabou que quem ficou com essa despesa fui eu mesmo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - No dia 27 do mesmo mês, quer dizer, em um mês só, mês de março, foi feita uma TED de R\$ 34.500, depois, dia 21/03, um cheque de 58.504, que o senhor disse que foi dividido em dois pagamentos. Então ele foi feito, segundo o senhor, no dia 27, ainda de março do mesmo ano, o cheque da Coaf de nº 8192 à sua empresa, Riocamp, no valor de 34.140. Esses valores são referentes à que tipo de serviço prestado pela sua empresa à Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Esses cheques, esses pagamentos não coincidem com a prestação de serviço porque eles atrasavam muito. Então não é assim exatamente, quando eles fizeram o pagamento que eu fiz a nota, porque muitas vezes havia dois ou três meses de atraso, inclusive...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas o senhor falou que fez em 2015.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Tudo bem, eu não estou falando de um atraso de um ano, estou falando de atraso de dois meses, três meses de pagamento.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas o senhor falou em meados de 2015. Esses pagamentos foram feitos no início de 2015.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - A senhora me fez a seguinte pergunta: “Quando que começou?”. Em meados de 2015. Eu falei que começou em meados de 2015, andou-se o ano inteiro de 2015 até o início de 2016. Eu recebi vários pagamentos deles, não foram só esses...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor recebeu, no ano de 2015, R\$ 185.935,72. Esse valor, percentualmente, é de qual montante sobre esse valor que o senhor recebeu? O senhor falou que os seus serviços giravam de 5% a 21%, o senhor acabou de dizer. Esse valor de R\$ 185.935,72 foi referente a que contrato da Coaf? Ou de que serviços da Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Só o contrato em Araras, o primeiro contrato, foi 5%, o restante do contrato, da segunda chamada de preço, é que foram valores maiores, porque o contrato era realmente um pouco maior. Esses pagamentos não eram exatamente quando eles recebiam e me pagavam, às vezes atrasava um, dois meses, e era referente ao contrato que eu assinei, de Araras.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Em quais anos foram os contratos, a sua prestação de serviço para a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - No final de 2014 teve um contrato bem pequeno de polpas de frutas e depois, em meados de 2015, teve um contrato maior que era esse contrato que, acabando, só foi atendido a metade porque veio à baila a questão da Coaf.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu ainda quero insistir um pouco na questão das notas fiscais emitidas pelo senhor, porque elas foram consideradas notas fiscais falsas. Elas ajudavam, inclusive, a lesar os cooperados. O senhor sabia disso?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, porque eu não tinha relação nenhuma com...



**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ela desfalcava o patrimônio dos cooperados e viabilizava, inclusive, o pagamento de propinas. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu não posso achar que o pagamento que eu recebia por um trabalho que eu executei para eles atrapalhava outra coisa na Coaf. Eu não tinha nenhuma responsabilidade a não ser receber minhas comissões pelo meu trabalho desenvolvido na Coaf.

Agora, eu insisto, eu paguei imposto das notas fiscais e elas estão no livro fiscal, na nota fiscal eletrônica na cidade em que eu moro, onde eu emito as notas, que é Campinas. Eu tenho a posse também dos dois livros fiscais, anos 2014, 2015 e parte de 2016. A qualquer momento, a senhora pode entrar e tirar esse livro.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu só quero dizer que o fato de pagar imposto sobre nota fiscal não significa necessariamente que essas notas fiscais não sejam falsas.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É preciso provar que a nota...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu não estou afirmando nada, Sr. Joaquim, estou apenas dizendo que o fato de o senhor pagar impostos sobre notas fiscais - o que vale é o conteúdo da nota - não significa necessariamente que elas não sejam fraudadas. Eu não estou afirmando, estou dizendo apenas que isso pode acontecer.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Deputada, o conteúdo da nota se refere a um trabalho que eu executei. A senhora está afirmando que as notas, possivelmente, são falsas.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor não ponha palavras na minha boca, porque eu não disse. Apesar de que eu posso fazer afirmação aqui. O que eu estou dizendo para o senhor é que notas fiscais, mesmo sendo pagos os impostos, podem ser falsas, eu não estou afirmando que a sua nota é falsa. Se o senhor quiser interpretar isso...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Quais foram os valores que ele recebeu?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Em 2015, pela Coaf, ele recebeu R\$ 185.935,72. São os dados que nós conseguimos levantar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Próxima deputada é a deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Boa tarde ao depoente. Eu gostaria de fazer algumas perguntas para o senhor com base nas informações que foram prestadas por outra pessoa que foi presa com o senhor, Sr. Carlos Alberto Santana da Silva. Ele diz em um depoimento dele o seguinte:

“Lembra-se também do nome de Joaquim, que é de Araras, dono da Camp, uma empresa de representação comercial, sendo que esse indivíduo recebia propinas de contratos com Araras e de outras cidades que não sabe dizer. Salienta ainda que tem conhecimento de que Joaquim falsificava laudos bromatológicos, que se destina a evidenciar a presença de bactérias nos produtos. Essa falsificação ocorria em todos os contratos cujos editais exigiam esse laudo, pois era uma forma de direcionar o chamamento público à Coaf porquanto se trata de um exame caro e os pequenos produtores não tinham condições de apresentá-lo. Informa que outro modo de ocorrer o direcionamento do contrato à Coaf se dava com previsão no edital do teste de degustação”. E aí vai, não vou ler porque vou perder muito tempo.

“Ainda em relação a Joaquim, informa que esse sujeito era vice-presidente da cooperativa”. Está enrolado até o pescoço. “Além de receber as comissões, era ele quem emitia as notas fiscais fraudulentas para dar uma aparência de legalidade às comissões pagas pela Coaf. Ou seja, a Coaf recebia o pagamento dos órgãos públicos contratantes, Joaquim emitia as notas da sua empresa Camp em nome da Coaf como se tivesse prestado um serviço de consultoria empresarial à cooperativa, então restaria justificada a saída da Coaf do dinheiro que se destinava ao pagamento da propina. Tais contratos estariam em poder de César”, e aí vai.

Outra coisa é que nós ouvimos o depoimento sigiloso do Sr. Marcel Ferreira Julio, em que ele conta como todo o esquema da Coaf funcionava. Isso está de posse do Ministério Público. Esta Comissão de Inquérito já apurou muitas irregularidades em relação ao contrato da Coaf.

De fato, o que o senhor fazia de verdade? O senhor não pode mentir, daqui o senhor pode sair preso se mentir. Qual era a sua atuação enquanto contratado para prestação de serviço para a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Muito bem, deputada. Eu tenho as provas do meu trabalho.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então o senhor precisa apresentá-las a esta comissão.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu tenho os pedidos enviados para mim, os pedidos que eu planilhava a enviava para a Coaf, motivo do faturamento...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual era o seu exercício, qual era o serviço que o senhor prestava para a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É esse, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Planilhava o quê?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É esse, esse é o serviço de que eu estou falando.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu não entendi, explique-me.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu recebia os pedidos da prefeitura, recebia os pedidos, conferia, esses pedidos precisavam ser planilhados, e eu mandava esses pedidos para a Coaf.

Mas, a Coaf já tinha recebido, também, tanto o faturamento quanto a logística. Essa é a prova do trabalho que eu fazia de dar a consultoria. Porque eu tinha que conferi-los, porque tem que bater com valor, contrato, pa, pa, pa, pa.

Aí, que que acontece? Esses pedidos são a prova do meu trabalho. Além disso, eu tinha que estar visitando a prefeitura porque, às vezes, não tinha um determinado sabor,

eu tinha que ir lá negociar para pôr outro sabor no lugar, mudar cardápio; às vezes, não tinha, a entrega não era naquele dia, eu tinha que ir lá negociar, para pôr em outro dia. Esse era o meu trabalho, um trabalho de consultoria técnica onde eu fazia par, conhecia como funcionava e dava atenção para o trabalho licitatório propriamente dito. Depois, dava o apoio necessário para concluir aquela entrega.

Além disso, se tivesse, por exemplo, que ser punido por qualquer coisa semelhante, eu tinha que defender, junto à prefeitura e ao Tribunal de Contas, porque eu fazia esses recursos. Esse era um trabalho, não era só tirar um pedido.

**A SRA. MARCIA LIA - PT - Qual é a formação profissional do senhor?**

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Eu sou bacharel em Direito, sou formado em Administração de Empresas e sou administrador de empresas.

**A SRA. MARCIA LIA - PT - O senhor tem OAB?**

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Não, eu sou bacharel. Eu não tinha OAB.

**A SRA. MARCIA LIA - PT - O que o senhor defendia no Tribunal de Contas?**

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA -** Não, isso qualquer brasileiro pode defender. Qualquer brasileiro pode fazer uma defesa junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT -** Está bom. Quero deixar bastante claro que o senhor não me convenceu. No mesmo depoimento que o senhor prestou - agora o depoimento do senhor - o senhor afirma que a cooperativa Coagrosol não fornece suco de laranja. O senhor prestou esse depoimento em abril junto à Polícia, quando o senhor estava preso. Sendo que a Coagrosol também venceu chamadas públicas realizadas... Desculpe, eu pulei uma linha. O senhor afirma que a cooperativa Coagrosol não fornece suco de laranja oriundo da agricultura familiar, e sim de uma indústria chamada Citro Cardilli, sendo que a Coagrosol também venceu chamadas públicas realizadas no estado de São Paulo, incorrendo na mesma fraude cometida pela Coaf.

Existe uma rede de falsas cooperativas atuando sem medida preventiva ou corretiva da Administração Pública?

E mais uma coisa: o senhor recebeu pagamentos em dinheiro vivo da Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Duas coisas: eu não posso dizer que existe uma rede de cooperativas falsas.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Mas o senhor disse na Polícia.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, não disse. No meu depoimento não está escrito isso, senhora. No meu depoimento está escrito o seguinte, que numa primeira chamada, de Araras, quem venceu aquela chamada pública foi a Coagrosol com o produto da Citro Cardilli, que não é uma produtora, não é uma cooperativa, fabricava para a Coagrosol. Isso está lá no meu depoimento.

A outra coisa é o seguinte.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E o senhor sabia se eles também produziam para a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, senhora, não sabia de nada disso. Eu fiquei vendo isso lá na licitação do dia, inclusive, que nós perdemos. A Coaf perdeu aquela licitação do suco, e só ganhou da polpa. Por isso que é o primeiro contrato da chamada pública.

Aí, teve um segundo contrato. E, aí, eu não sei por que razão, porque eles eram quem levavam o projeto de venda, tudo pronto, lacrado. Eu não participei, eu acompanhei a licitação, mas não assinei nada. E, aí, eles é que levaram isso, e aí eles ganharam.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eles quem?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eles, que eu falo, a Coaf ganhou esse segundo contrato de chamada pública.

Com relação ao dinheiro: recebi em moeda corrente, no meu escritório em Campinas, e no mesmo dia eu fiz o depósito na conta da minha empresa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deputada Marcia Lia me concede um aparte? Eu ainda estou intrigada com esse valor. Porque eu quero saber o seguinte: Qual é, Sr. Joaquim, há um percentual tradicional que consultores estabelecem nas suas relações. Porque tem isso. Por exemplo, um corretor de imóveis pode te cobrar um por cento, dois por cento, três por cento, no máximo, cinco. Um consultor, tradicionalmente, eu consultei aqui as nossas assessorias - até para eu não cometer nenhum erro - varia também, de três por cento, quatro por cento, cinco por cento o percentual cobrado por consultores.

Aliás, consultoria, com todo o respeito a grandes consultorias que temos no Brasil, mas, olha, consultoria, neste país, foi muito adotada para poder burlar a legislação, para poder fraudar, para poder pagar propina. Temos visto isso de forma corriqueira no serviço público, infelizmente. De forma corriqueira.

Eu quero saber o seguinte: o senhor colocou, no início da sua fala...

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Adilson Rossi.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputada Beth Sahão, só para informar que o tempo já esgotou.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu estou finalizando, deputado Adilson, o mais novo presidente da CPI.

Ele colocou no início da fala dele que ele cobrava até 21%, 25% de percentual. Eu queria saber se isso é razoável, se não são muito esses 25 por cento. Isso que eu queria saber. Porque, olha, o senhor recebeu da Coaf, em 2005, R\$ 185.935,72, e da Re-Ali... A Re-Ali pagou a sua empresa - que, embora não seja objeto da nossa... Mas, apenas para efeito ilustrativo, o senhor recebeu, no mesmo ano, R\$ 321.275,00. Quer dizer, a somatória dos dois passa de R\$ 500.000,00. É bastante dinheiro, o senhor não acha?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Senhora, a senhora acha mesmo que é o valor que determina a competência da pessoa?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas é dinheiro, é bastante dinheiro.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Senhora, eu sou bem remunerado porque eu estudei.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas o senhor nem tirou sua OAB.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - A senhora não pode fazer isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não tirou sua OAB, o senhor é bacharel ainda, o senhor falou que o senhor... Eu reconheço, e as pessoas todas merecem ganhar bastante, fruto do trabalho, claro.

Eu estou apenas questionando o senhor se o senhor não acha que é muito isso.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputada Beth Sahão, seu tempo já esgotou, nobre deputada.

Dando prosseguimento à lista de inscritos, Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor, com a Coaf, então, só recebeu comissão por dois contratos junto à prefeitura de Araras?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim, senhor.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quem era o prefeito de Araras à época?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Olha, para ser sincero para o senhor, eu não sei exatamente o nome dele. Porque o meu trabalho não envolve políticos. Eu só trato com pessoas técnicas, pessoas que conhecem do produto, que vão aprovar o produto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Com quem o senhor tratava na prefeitura de Araras?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Na merenda. Eu ia na merenda...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Com quem?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - E entregava um produto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Com quem o senhor tratava lá? Tinha uma pessoa com quem o senhor tratava.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Deputado Barros, lá na merenda tinha duas pessoas que eu levava as amostras para eles fazerem a degustação.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Só isso que o senhor fazia? O senhor não dava, então, orientação contábil, financeira...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De licitação... Tudo o que o senhor falou que o senhor fazia o senhor não fazia, o senhor só levava amostra?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu levava as amostras...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E a contabilidade, o senhor dava para quem?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Que contabilidade? A minha?



**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não. O senhor não dava orientação contábil, o senhor não dava orientação do Tribunal de Contas, de licitação?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, não é isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não é isso que o senhor disse que fazia para a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Os contratos que o senhor assessorava. O que o senhor fazia? O senhor entregava amostra?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não. Deixe-me concluir, por favor. Eu levava as amostras para serem aprovadas e fazerem parte do rol de produtos homologados. Com a Coaf. Pode ser com a Coaf ou com qualquer outro produto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sei.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - A questão das minhas comissões, eles informavam para mim através de relatórios. Eu não preciso dar consultoria contábil porque não era isso que eu fazia, não. Eu não disse que eu fazia contabilidade. Eu gerenciava um negócio que ia a partir do edital, e ia até a logística.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então eu vou repetir a pergunta: quem eram as pessoas com quem o senhor tinha contato da prefeitura de Araras?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Dona Maura...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Dona Maura.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Acho que tinha uma outra moça, eu não sei se ela chamava... Deixe-me ver se é o nome... A dona Vera...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quanto tempo o senhor teve contato com a prefeitura de Araras?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - O tempo todo que eu trabalhei com eles. Ah, uns dois anos, por aí. Porque eu vendo outros produtos lá sem ser da Coaf.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Uma era a dona Maura.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Uma é a dona Maura, a dona Vera.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quem era responsável pelo setor de merenda?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Era a dona Maura.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Dona Maura?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É, ela e mais umas cinco pessoas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ah, sim.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Porque é comissão de aprovação de produtos que podem ser homologados.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Lá o senhor vendeu para a Coaf.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Só a polpa e o suco.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quanto foi o valor do contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ah, o valor do contrato era mais de R\$ 1.300.000,00. Dava mais de duzentos e tantos mil, mas o contrato não foi até o final.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Duzentos mil o quê? De comissão?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E quanto foi do contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu não tenho esse número exatamente, mas foi em torno de - que a deputada falou lá -, em torno de R\$ 180.000,00, por aí.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, não. Esse é o valor da sua comissão. Quanto do contrato foi concluído?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ah, não, ficou faltando um pouco para atender do contrato, que...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Pouca coisa?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, eu não tenho esse número, assim, de cabeça.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Para que empresas mais o senhor dá consultoria?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu trabalhava com quatro empresas. Uma multinacional - a maior do mundo em polímeros -, que, depois da minha... Fiquei sub judice com a... Judicialmente falando, e tenho uma cláusula contratual, o “trade act”, que os americanos têm, que se você for denunciado ou for envolvido, você não pode ter nenhum tipo de relacionamento com eles. Aí, o contrato foi encerrado em função disso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Desse seu envolvimento agora, na Alba Branca?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É. Aí, tiraram esse contrato. Aí, depois, eu fiquei trabalhando com a Delta, que produz sucos lá em Bebedouro. E, também, a panificadora e distribuidora Re-Ali Júnior, que vende pães, panificados...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Para quem ela vende pães?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ah, eu posso falar dos contratos em que eu dou consultoria. Mas, ela vende para “n” administrações públicas do estado de São Paulo. Fabrica marca própria, é uma grande empresa.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Estaduais ou municipais? Prefeituras?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Municipais, municipais.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Estado, não?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, aqui em São Paulo. Ela vende para “n”...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - No estado de São Paulo. Numa secretaria do estado ela vende? Na Secretaria da Educação, ela vende?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Vende, vende.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E o senhor dá consultoria nesse contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Dou consultoria na prefeitura, não no estado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Em qual prefeitura?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - De São Paulo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Da Capital?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - É.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ela vende aqui também?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Vende. Vende na prefeitura de São Paulo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Qual é o valor do contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ah, isso eu não...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas, o senhor não dá consultoria aqui?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Do contrato. O senhor dá consultoria...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim, mas eu não trabalho com esse tipo de número assim, quanto que é o contrato...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas, o senhor ganha baseado em quê, então? Não é no número?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Baseado, depois que...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não é baseado no valor do contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Depois...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - O senhor ganha uma comissão?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Isso, mas eu não tenho um número de contrato comigo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ah, sua comissão é sem número? Pode ser de um real, pode ser de um milhão, pode ser dez milhões?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não. Depende. O contrato, quando é feito, deputado, o contrato, quando é feito e começa a atender, ele não tem... Não é sobre aquele valor total. É: cada vez que vai atender, tem uma parte que eles dão para... Que é o empenho.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O senhor permite um aparte, deputado Barros?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Permito. Pois não, deputado Chico.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - O depoente, o senhor não acha estranho manter um vínculo contratual com uma prefeitura e não saber o valor do contrato?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu recebo minhas comissões.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Que comissão que o senhor recebe da prefeitura de São Paulo? Quanto é?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Todo mês eu recebo as comissões da...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De que valor? Baseado em quê?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - As comissões das vendas que foram realizadas estão num relatório, que, antes de eu receber a comissão, a prefeitura já recebeu a nota.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Mas, é o primeiro que eu vejo. Se essa moda pegar, vai ser complicado. O cidadão trabalha sem saber o quanto ele recebe ou sem saber o valor do contrato pelo qual ele presta consultoria.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Desculpe, me engana que eu gosto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Agora, o laudo que o senhor falou que existe, e que foi trocado por um falso por alguém que estava com medo de ser preso. Quem é esse alguém?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, foi semântica. Eu disse o seguinte: Eu tenho um laudo original. Conselho de autenticidade. Se alguém disse que esse laudo é falso, tal, é esse alguém que vai provar onde que é falso. Porque eu tenho um laudo que é verídico.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Deputado Barros, me conceda um minuto?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Pois não.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Por favor, eu gostaria que o senhor me dissesse qual é o percentual que o senhor recebe no contrato da Prefeitura de São Paulo?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Dois vírgula sete por cento sobre a venda. Mas, não é do valor do contrato.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Não é disparidade. Numa prefeitura, é 21, chega a 25. Na outra, é dois.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, nunca vi nada igual na minha vida.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Obrigada, Barros. Nem eu.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Porque eu estou assombrado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É a “embromation” da “embromation”.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Eu diria em espanhol isso aí: tertúlias flácidas para ninar bovinos.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Adormecer vacum.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Isso. Tertúlias flácidas para ninar bovino. Ou seja, conversa mole para boi dormir.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Tertúlia flácida para adormecer vacum.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor trabalha com muitas prefeituras também? Quantas? Com quais o senhor trabalha?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Ah, eu... Talvez não chegue a umas oito prefeituras, no máximo.



**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor pode nominá-las? O senhor falou duas, já: Araras e São Paulo.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Araras, Valinhos...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Valinhos, também?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - São Paulo, Santa Bárbara, Cosmó... Não, senhora. Santos...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Americana?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor é o maior fenômeno produzido por esta CPI. Não sabemos quem o senhor é, o que o senhor faz, de onde entrou o dinheiro que o senhor recebeu, qual é o valor do seu contrato. O senhor é o Pelé da arte de mentir.

Sr. Presidente, pedir uma investigação das contas da empresa dele, isso daí tem que ser investigado, com todo o respeito, viu, doutor?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Precisa fazer uma denúncia para a Receita Federal.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Denúncia para a Receita Federal, para a Receita do estado, vasculhar. É muito, é uma afronta muito grande, entendeu? No relatório, pedir prisão de 30, 50 anos de cadeia. É o mínimo que podemos fazer. Porque eu nunca vi um deslante igual. É a maior cara de pau da paróquia. É a maior cara de pau da paróquia. É uma ofensa a todos nós. É triste, o que é que eu vou dizer?

Graças a Deus, não precisamos dele para apurar outras maracutaias, mas é evidente que ele fez maracutaia com a Coaf. É brincadeira de criança. Recebeu 185 mil reais e não sabe do quê. É profundamente lamentável. Esse é o Brasil, e não se fala que está se corrigindo - e que precisa ser corrigido. Isso precisa ser corrigido. Isso precisa ser passado a limpo, porque é o maior escândalo que eu já vi na vida pública. É um cidadão vir a uma CPI e mentir tão descaradamente, tão deslavadamente e tão

infantilmente. Foi catastroficamente mal orientado, também, com todo o respeito, porque é um depoimento que o lixo não recebe.

**O SR. PROFESSOR AURIEL - PT** - Sr. Presidente, gostaria de fazer minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB** - Deputado Barros Munhoz, já encerrou a sua... Gostaria de informar a V. Exa. que essa sua indignação, que não é só sua, mas eu creio que de todos nós aqui... Certamente, o presidente Marcos Zerbini e o relator Estevam Galvão... Constará do nosso relatório, sem sombra de dúvidas.

Dando prosseguimento à nossa lista de inscritos, tem a palavra o deputado Luiz Fernando, por cinco minutos.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu quero agradecer e cumprimentar a todos. Também faço parte dos envergonhados e quero passar a palavra à deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco mais a respeito do fornecimento das notas fiscais que o senhor fazia para a cooperativa Coaf.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Pois não, deputada. Eu recebi um relatório da quantidade dos valores que eles recebiam. Lá, eles já calculavam o valor da minha comissão, e eu emitia a nota fiscal referente àquele período que eles passaram a relação das notas para mim.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu quero passar o meu tempo para o deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu quero voltar a uma pergunta. Para a Re-Ali o senhor também trabalhava?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Trabalho.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor atuou para a Re-Ali junto ao Governo do Estado?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sobre o laudo, nós temos uma certidão do Instituto Adolfo Lutz, encaminhado a esta CPI, dizendo que o laudo bromatológico é falso. Eles apontam diversos detalhes, desde a folha, enfim... Ao conteúdo do material... Isso está no processo. Nós estamos falando, aqui, do processo que a Coaf apresentou junto ao Governo do Estado.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E a Coaf... Olhe só, que contradição! Eu achei mais uma aqui. É pena que nós achamos agora. A Coaf, no processo do Estado, diz que ia comprar o suco, já, da Delta. Está aqui o documento. Junta até uma certidão da própria Delta, dizendo... Da empresa, enfim... E há outro... Há um Boletim de Ocorrência contra a Delta, que também teria falsificado o laudo. O senhor tem conhecimento disso? O senhor disse que trabalha com a Delta, também.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim. Doutor, pode haver um engano nessa história, porque eu tenho um laudo verdadeiro. Talvez, o laudo de que o senhor tem a cópia, que foi justificado como falso... Eu não tenho conhecimento dele. É diferente de nós podermos estar falando de coisas diferentes.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O laudo do Instituto Adolfo Lutz.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, eu não tenho esse laudo do Instituto Adolfo Lutz. No meu depoimento, não é esse laudo, aí, que eu tenho. Inclusive, a Coaf mandou fazer, em nome dela. Em nome dela, foi feito. Eu paguei. Depois, eles me reembolsaram.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Fez. Qual empresa?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Foi feito na Lab Análises.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por que a Coaf apresentaria no processo da chamada pública o laudo falso - e não esse, verdadeiro? Quem orienta a Coaf?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, eu não estou falando que eles apresentaram laudo ou deixaram de apresentar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, está no processo. Não há outro laudo.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, eu estou dizendo, mas eu não sei que laudo eles apresentaram, porque na... Lá em...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Nobre deputado Alencar Santana Braga, se me permite tentar esclarecer, não em benefício dele, mas, na verdade... O laudo a que ele faz menção é o apresentado na chamada de Araras.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E aquele a que nós estamos fazendo menção foi apresentado na Secretaria da Educação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por isso que eu falei para ele, no processo do Estado...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É, mas ele se confundiu.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu não mexo com o Estado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vamos dar o benefício da dúvida para ele nesse assunto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, o senhor está falando de outro laudo?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Agora, as outras 999 afirmativas eram falsas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu estou tratando do processo do Estado.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu não conheço nada do processo do Estado porque eu não participei. Não fui chamado a participar. Não recebi nada por isso.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor, alguma vez, orientou a Coaf, a Re-Ali ou qualquer outra empresa para que o senhor tenha dado consultoria? Porque, na chamada pública - e mesmo no pregão -, é feito um preço de referência... Há um preço de referência, que é feito mediante a consulta de três orçamentos, no mínimo. O senhor, alguma vez, orientou uma das suas clientes, como a Re-Ali ou a Coaf, para elas mesmas apresentarem os três preços, para formatar o preço final de referência?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, em absoluto - mesmo porque uma coisa de que eu não participava muito era a chamada pública.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E o pregão? E se fosse pregão?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Só, até então, eu participava em pregões, tomadas, convites. Isso aí eu não tenho como fazer porque eu represento uma empresa. Eu não posso estar tratando de uma empresa em detrimento de estar acertando com outra. Isso não tem como eu fazer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, eu não estou dizendo isso. Imagine que o senhor trabalha para a Re-Ali.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nesses processos dos pregões, que haja, nas cidades, enfim... Onde for...

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor orienta a Re-Ali para ela mesma apresentar os três preços de referência?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, não há como ela fazer isso. Ela é uma única empresa. Ela não tem como apresentar três preços de referência.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor tem toda a razão, mas o senhor sabe que isso aconteceu... Eu estou fazendo esse paralelo, porque isso aconteceu, como eu falei, há pouco, no processo do Estado. A mesma empresa apresentou três orçamentos.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Meu Deus!

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E é uma cliente sua. Tudo bem que não foi nesse processo, pelo que o senhor está dizendo.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, eu não tenho como fazer isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não posso aqui afirmar que seja, também.

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - A questão do laudo... Ele está disponível para confrontar, mas não se trata do Estado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - São laudos diferentes.  
Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o deputado Professor Auriel, que é o último inscrito.

**O SR. PROFESSOR AURIEL - PT** - Nobres deputados, Sr. Joaquim Geraldo, eu fiquei muito preocupado. As informações que o senhor colocou, aqui, me preocupam. Acho que preocupam a todos os deputados, porque é inadmissível o que o senhor tem falado aqui, com as pessoas, pelo conhecimento. Falou que é uma pessoa que conhece muito, estudou muito, merece receber todo esse recurso que o senhor recebeu para fazer a consultoria, mas eu nunca ouvi falar que qualquer consultoria custasse 21% para ir lá apresentar uma merenda. Ele foi apresentar, lá, a merenda, pelo que foi colocado. São 21 por cento. É um negócio incrível.

Então, essa merenda, com certeza, foi superfaturada, porque não é possível. Só para a pessoa apresentar a merenda, precisa ter todo esse preparo que o senhor tem e toda essa competência? Ainda fica, de certa maneira, ironizando os deputados desta Casa. O senhor deveria sair daqui era preso. Nós temos que pedir - todos os deputados aqui, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita Federal - a prisão do senhor, porque não é possível. E também a prisão de quem estiver conivente com o senhor, de quem fez essas maracutaias, porque não é possível uma pessoa em sã consciência dizer o que o senhor disse aqui. Ou o senhor é muito despreparado, para falar todas essas informações que o senhor deu aqui, ou é muito inocente, ou o senhor veio aqui tirar um barato da cara dos deputados. Não é possível. O senhor é um cara de pau. Pelo que o senhor falou, o senhor estudou muito e merece receber muitos recursos pelo trabalho que o senhor realizou.

Então, eu fico assim... Estou indignado com essa situação. Estou, assim, pasmo. Nunca vi, na minha vida, um depoimento tão desastroso como o do senhor, como o senhor fez aqui. Eu nem quero que o senhor dê esclarecimentos, porque, para mim, o que o senhor falou aqui é muito grave e ofende todos os deputados, principalmente as pessoas que moram no estado de São Paulo e onde o senhor fez essas maracutaias juntamente com outras pessoas, porque não é possível uma pessoa sozinha fazer tanta besteira e arrancar tantos recursos do poder público, como o senhor arrancou.

Eu quero passar o meu tempo para o deputado Luiz Fernando.

**O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental. Vossa Excelência tem mais dois minutos.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Vou ser rápido. Nós podemos crer, ao não conhecer esse número, ao nos espantarmos com esse número, que o senhor recebia esse percentual altíssimo de 21% porque o senhor poderia sacar esse dinheiro e acertar as propinas. O senhor nega essa possibilidade?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Absolutamente. Não existe essa possibilidade. São 8,48 de ISSQN que eu pago. Uma nota de dez mil reais custa 848 reais. Dez mil...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Está bem. Agora, eu queria perguntar. Parece que já foi requerida a quebra do sigilo dele. Acho que valeria a pena. Eu queria fazer uma pergunta. O senhor faz saques grandes da sua conta?

**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Não, em absoluto. É o seguinte: eu tenho a conta para poder receber as comissões das empresas com que eu trabalho. Tudo o que eu gasto na minha casa - doenças, planos de Saúde, supermercado, aluguel da minha casa...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O senhor paga em cheque ou paga em dinheiro?



**O SR. JOAQUIM GERALDO PEREIRA DA SILVA** - Eu pago por transferência bancária. Não há pagamento em cheque. Eu faço transferência bancária, e o que o senhor vai ver, lá na minha conta, é que todos os pagamentos meus são para pagamentos das minhas despesas normais que eu tenho com a minha família, com as coisas da empresa. É tudo isso. Eu não tenho nada mais do que isso.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, nobres pares, eu queria concluir. Deputado Barros Munhoz, eu acho que vale a pena nós pedirmos a quebra do sigilo bancário.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Já foi pedido e aprovado, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Já foi pedido e já foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Já.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Porque eu acho que, ao analisar, nós vamos ver o seguinte... Entrava muito, mas devia sair muito, até para poder fazer os acertos. Até porque uma pessoa que ganha o quanto ele ganha... E ele acabou de dizer que ele paga aluguel. Quem ganha uma comissão de 21%, pagando aluguel... Ou ele gere mal, ou tem muita gente que participa desses 21 por cento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Encerradas as inscrições, nós dispensamos a testemunha e suspendemos por cinco minutos para tentar um último entendimento sobre os requerimentos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhoras e senhores, vamos tomar assento, para retomarmos a nossa reunião.

Em votação os requerimentos da pauta.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas ponderações, antes de nós iniciarmos as votações.

Sr. Presidente, nós instalamos esta CPI no mês de julho, trabalhamos de acordo com o Regimento, por quatro meses. No mês de novembro foi apresentado um requerimento de minha autoria. Nós prorrogamos os trabalhos por 30 dias. O encerramento dessa prorrogação deve acontecer no dia 13 de dezembro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Correto.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Treze de dezembro próximo. Durante esse período, foram apresentados 201 requerimentos, 150 requerimentos foram aprovados. Nós já ouvimos 37, 38 pessoas. Temos ainda 45 requerimentos que estão na pauta, hoje, para serem deliberados.

Devo dizer a V. Exa., e aos nobres deputados, que, no meu entendimento, esta CPI produziu bem, trabalhou bem. Acho que temos condições já de mostrar quem perdeu, quem ganhou, onde existem os crimes, onde existem os indícios todos para, eventualmente, encaminharmos ao Ministério Público, à Defensoria, para onde devemos mandar, ou não, isso tudo, que vai ser decidido pelos próprios membros.

Mas devo dizer, Sr. Presidente, que se nós pretendemos ainda convocar mais alguns, eu não vejo tempo material, mesmo porque temos também que discutir ainda o relatório. Devo dizer a V. Exa., Sr. Presidente, e também aos membros, que esta Relatoria, eu tenho condições de apresentar já, para a próxima semana, o relatório, e tenham convicção, um relatório na busca da verdade, com total isenção, retratando exatamente aquilo que aconteceu durante todas essas 20 reuniões, em que trabalhamos juntos.

Eu posso falar isso com confiança, mesmo porque participei de todas as reuniões.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Diante da colocação do nobre deputado Estevam Galvão, e levando em conta que a realidade é que essas supostas audiências que se poderiam fazer ainda não vão mudar o quadro em que nos encontramos.

Entendo que é de bom alvitre, não é perfeito, certamente, não é 100% completo, não há dúvida alguma. Mas, diante do que se produz no Brasil, em termos de CPI, em todos os estados, e aqui mesmo já se produziu, acho que estamos caminhando para um fecho extremamente significativo. Repito, na frente da Polícia Civil de São Paulo, do Ministério Público de São Paulo, da Federal, enfim, do Poder Judiciário, acho que demos um passo gigantesco. Tenho certeza de que vamos poder apontar ...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Vamos colaborar, sobremaneira, com o Ministério Público, sem dúvida, pelo encaminhamento que vamos fazer do nosso trabalho, o trabalho aqui da CPI.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sendo assim, eu sugiro que não façamos mais nenhuma convocação, e partamos, já na próxima reunião, para a apresentação do relatório, ou dos relatórios.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, tivemos diversas oitivas aqui, inclusive fazendo, em algumas semanas, duas reuniões, de terça e quarta. Em algumas reuniões ouvimos quatro ou cinco pessoas. E foi um ritmo proveitoso. Se quisermos, podemos fazer de novo. Basta vontade. Basta determinação.

Acho que nós avançamos, é inegável. A CPI avançou. Revelamos, dentro da Secretaria da Educação, uma quadrilha que lá atuava. Atuava, e burlou processos. Só não conseguimos chegar a mando de quem.

O Dr. Herman, acho que é consenso de parte aqui, ele mesmo diz que “essa questão administrava não era eu, mas era alguém”. Era alguém. Foi dito em reuniões anteriores, pelo próprio diretor, que os contratos acima de 600 milhões, o Sr. Padula acompanhava de perto. Tudo tinha que ter prestado contas para ele. E toda segunda-feira ele se reunia com esse diretor. Seria necessário avançar um pouco mais nessa questão.

Nós aqui tivemos notícias, os depoimentos recentes do Marcel e do Chebabi, na Procuradoria do Estado, e na Justiça Federal, os dois mencionam claramente contratos que beneficiaram algumas pessoas, e citam deputados que foram beneficiados por esse

contrato. E distinguem os contratos: tal contrato era para fulano, tal contrato era para beltrano.

Portanto, eu ainda acho que faltam algumas pessoas para serem ouvidas. Eu estive, presidente, na segunda-feira passada, conversando com a procuradora federal, Dra. Maria Luisa de Carvalho, coordenadora do Núcleo de Combate à Corrupção, e ela afirmou que “não há nenhum óbice de o Sr. Chebabi falar com vocês”. Nenhum óbice. Mas ele veio aqui, argumentou diferente, e a CPI não tomou nenhuma atitude.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ele tinha um habeas-corpus, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, desculpe, não.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É que V. Exa. faz afirmações, e ...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, depois V. Exa. pode responder, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - E faz entender que nós ...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nós não tomamos nenhuma atitude dele aqui, sequer ameaçamos de prisão. Ele não tinha hc nenhum nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tinha, sim, senhor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da delação, não, presidente. Ele disse aqui que não falou, textualmente. Se quiser, eu mostro o vídeo do advogado dele falando para não entrar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quando, deputado?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O advogado dele disse aqui, do Chebabi.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quando, na última vinda?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Na última.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Na última vinda ele tinha um habeas-corpus na mão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O advogado diz, textualmente: meu cliente não vai falar, com prejuízo de perder os benefícios da delação.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ele pode dizer o que ele quiser. Mas ele tinha um habeas-corpus, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então para que nós chamamos, se ele tinha um hc?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quem pediu a convocação foi Vossa Excelência. Nós não queríamos chamá-lo. Ele apresentou o hc na semana...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Desculpe, ele conseguiu o habeas-corpus depois que nós convocamos. Posso ver o hc?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ele apresentou o hc. Eu lhe passo. No dia anterior à vinda dele aqui. Mas, tudo bem, só para esclarecer, deputado. Pode continuar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Gostaria de uma cópia.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está aqui, à disposição da CPI, para todos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se puder providenciar ...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Foi lido no dia do requerimento.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Depois tire uma cópia, preciso dele.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - À vontade, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, ela falou que não há nenhum óbice nesse sentido. Eu quero pedir, Sr. Presidente, aliás, todos os órgãos para quem nós encaminhamos pedido de informações, nós reiteramos para que atualizem as informações.

A 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto, até o momento, não disponibilizou nada sobre o processo que estava em Bebedouro, e foi para lá. E há informações importantes lá, que temos que acessar, para melhor concluir o relatório, deputado Estevam. Nós temos diversas informações, mas podemos ter acesso a mais, e é necessário que tenhamos.

Então, peço, Sr. Presidente, que reitere à 6ª Vara também, para que mande para nós as informações de todo o processo. O juiz não pode negar informação para uma CPI. Está cometendo uma ilegalidade.

Mas, voltando para o contrato, além do Sr. Chebabi e o Sr. Marcel falarem isso, a Sra. Vanessa assina o contrato. Temos que ouvi-la. Ela tem que vir a esta CPI. Ela tem que informar por que razão daquele contrato, qual o serviço, qual o destino do dinheiro. Ela é a dona do escritório. E temos requerimentos de aprovação de convocação dela. E é fundamental.

Vanessa Pacielo. É importante que ela venha a esta CPI, falar conosco. E para nós, que inclusive já aprovamos a convocação do Marcel, em outra ocasião, temos um novo pedido de reconvocação dele, porque ele também argumentou a delação, e o procurador-geral disse que não há óbice algum. Então, seria necessário. Mas se o

Marcel, os senhores não quiserem aprovar, que nós aprovemos a vinda da Vanessa. E é ruim ficar essa imagem de que nós não queremos convocá-la. Nós já convocamos até o Marcel, que já depôs.

É muito ruim para a CPI, não a convocarmos. Vai ficar uma imagem, no fechamento, extremamente equivocada, deputado Caruso.

Se não queremos avançar o trabalho em outra linha, chegou uma resposta aqui do jornal "Folha de S.Paulo", através de um requerimento aprovado por nós, da CPI, pedindo cópia do áudio da entrevista do Sr. Jeter. E nesse áudio, ele menciona, textualmente, o secretário-geral da Casa. Será ruim para a CPI, mediante a chegada dessas informações que vieram para nós, tendo conhecimento dela, não aprovarmos para que ele venha aqui depor. Ele pode até afirmar que aquilo que o Sr. Jeter falou não é verdadeiro. Não sabemos. Mas não trazê-lo, também paira uma dúvida sobre nós.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vossa Excelência tem esperança de que ele fale o que queremos ouvir?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não sei. Eu sou uma pessoa esperançosa e otimista.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu também sou. Eu também sou.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E não gosto de fazer o pré-julgamento das pessoas. Não faço ideia do que elas vão responder. Para não termos dúvida, deputado Barros ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Tudo bem. Sou mais prático, mas eu concordo. Está certo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Tivemos pessoas presas, porque tentaram obstruir a Justiça. Aqui há uma dúvida que paira sobre o secretário-geral da Casa. Não fazermos, não aprovarmos, será muito ruim. Veio o presidente. O presidente da Assembleia veio depor, não pode vir um servidor? Nós vamos terminar a CPI dessa forma? Alguém quer escutar o áudio?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Já escutamos o áudio. O áudio é reprodução da matéria, deputado, que saiu na Folha.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Está lá o nome dele, citado textualmente pelo Sr. Jeter.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Depois o próprio Jeter veio aqui, desmentiu.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, disse que o jornalista era mentiroso.

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Sr. Presidente, nós estamos discutindo exatamente o quê, aqui? A pauta, já os itens?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Então, essa é a questão. Qual a questão de ordem, deputado?

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Eu só queria saber qual é a discussão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Estamos tentando entrar num acordo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da mesma maneira que o deputado Estevam fez a questão de ordem, deputado Barros, estou fazendo a minha. Peço que garanta.

Estamos aqui conversando, deputado Adilson, para ver se convencemos, argumentamos, para que convoquemos, no mínimo, essas duas pessoas, que são fundamentais para que não paire qualquer dúvida sobre o trabalho da CPI.

Estou fazendo um pedido de uma questão de ordem, que o presidente reitere que venham novas informações de todos os órgãos, que nós já pedimos. E que atue na 6ª Vara de Ribeirão Preto, para que mande para nós o processo de Bebedouro, que até agora não chegou. Aquele processo originário ...



**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esses requerimentos que cabem só à Presidência decidir, estão todos deferidos, deputado. Vou fazer o pedido, refazer o pedido e reforçá-los.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O processo de Bebedouro, até agora, não chegou para nós. Até agora. Estamos aqui há seis meses, e não conseguimos. Há um despacho do juiz, dizendo para o promotor local que não vai passar, que não pode. Isso é um absurdo. Se tivermos acesso ao processo do tribunal, nós não podemos ter acesso a outro processo? Aí são alguns, como diz o deputado Barros, na primeira oitiva de hoje, querendo ser acima do que a lei manda.

Para nós, não ter essa informação também é vergonhoso. Então, temos que ir atrás. Faço um apelo: que, no mínimo, nós aproveamos essas duas pessoas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, eu concordo com as suas ponderações, nobre deputado. Aliás, toda a sua atuação aqui foi brilhante, no sentido de tentar fazer a CPI chegar a seus objetivos.

Eu só não concordo com a colocação que V. Exa. faz, que vamos ficar sob suspeita, que não vai ficar bem, se não forem chamados os dois. Sabe o que acontece? Vai-se indo, vai-se apanhando, apanhando... Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Realmente, não dá mais para chamar pessoas, para nós ficarmos aqui fazendo, desculpe-me a franqueza e o exagero da expressão, papel de palhaço.

Esse cidadão que veio aqui, pelo amor de Deus, não vai chamar essas pessoas. Nós sabemos no que vai dar. Ninguém vai se incriminar. E eles vêm com habeas-corpus...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Para nós alcançarmos o objeto da CPI, nós já ouvimos o suficiente. O objeto da CPI é verificar se houve prejuízo ao erário.

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Vou tentar ajudar. Acho que a discussão aqui está no item 44/45. Não há consenso aqui para que se aprove ou se rejeitem esses itens. Nós não chegamos a um consenso. Vou ajudar. Vou pedir vista dos dois itens - 44 e 45.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de vista de Vossa Excelência.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - E dou prosseguimento, porque há outras vistas para mim também. Quero pedir aqui a vista do item ...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só com calma, por favor, para a secretaria poder acompanhar.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - O deputado Olim quer pedir vista do item 1, item 2, item 7, item 8, item 10, item 11, item 12, item 13, item 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22. Não, eu já pedi, 21 e 22 eu não posso. Vinte e um e 22, também peço vista.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Só o 22, aliás, o 21 não. Só o 22.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vinte e dois. Vinte e um não pode.

**O SR. CORONEL CAMILO - PSD** - Na mesma linha, até para colaborar com a nossa comissão, peço o item 21 e, lá no início, item 3, 4, 5, 9, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só um pouquinho mais de calma, por favor.

**O SR. CORONEL CAMILO - PSD** - Na sequência. 29, 30, 31, 32 e 33.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Também, para darmos mais rapidez, e tentar terminar no prazo, vou complementar, e peço vista do 34 ao 43.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sobrou algum? É isso que eu ia perguntar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não sei.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Então, vocês estão, definitivamente, encerrando a CPI, enterrando esta CPI.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Temos que analisar o relatório, ainda.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pelo amor de Deus, não me venham com essa desculpa de que as pessoas todas já foram ouvidas, que nós esgotamos quem tínhamos que esgotar, deputado Barros Munhoz. O que é isso? É isso o que eu chamo de tratoramento do poder da maioria, mas eu quero dizer que a democracia só se sustenta quando a minoria é respeitada, também.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Até os estudantes já foram embora.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Os estudantes estão em Brasília, Sr. Presidente - infelizmente, brutalmente reprimidos pela PM local.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De Brasília?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Aliás, nenhuma semelhança com 1964? O deputado Alencar Santana Braga me passou umas fotos. É igualzinho. É o mesmo período. É o mesmo momento.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu acho que a PM, aqui, nesta Casa, chutou a cruz. Pelo amor de Deus!

**O SR. CORONEL CAMILO - PSD** - A PM vai manter a ordem, sempre.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Barros Munhoz, V. Exa., por diversos momentos, interveio, durante a CPI, e teve bom senso e coerência. Apelo à sua coerência, à do presidente e às dos demais colegas, porque nós já trouxemos donos de empresa, como o da Coaf. Tivemos ex-secretário. Não trazer a dona do escritório que assinou o contrato fraudulento com a Coaf, que pagou propina, e não trazer o Secretário Geral da Casa... Nós vamos terminar a CPI sob uma forte suspeita. Qual é a razão por que não trazemos essas duas pessoas, da mesma maneira que não foi aprovada a vinda do Sr. Leonel Julio, que há muito tempo está pedida? É uma dúvida que vai ficar para todos.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu vou responder. A Sra. Vanessa já foi convocada e não veio.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, a Vanessa, não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então, está bom.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O requerimento de convocação dela entrou depois. (Vozes sobrepostas.) Foi colocado na pauta, mas não foi votado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O Marcel foi convocado. Veio aqui e não falou nada. Então, eu acho, sinceramente, que nós esgotamos o que nós podíamos fazer. Não adianta ficar batendo em ferro frio. Não vai mais. O que pode acontecer é, simplesmente, a CPI não concluir um trabalho que, a meu ver, foi muito benfeito, na medida do possível, lutando, batalhando, fazendo.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Aliás, nenhuma outra instituição fez mais do que nós fizemos e aqui nós...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Deputado Barros Munhoz, V. Exa. me permite um apartezinho?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Pois, não. Eu sempre atuei em torno de entendimento, de acordo. Lamentavelmente, nem sempre é possível.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu não tenho procuração do Dr. Zakir para defendê-lo, mas eu queria que a Presidência e o Dr. Barros Munhoz pudessem, também, dar uma avaliada. O nome dele foi citado e ele não terá a oportunidade de se defender. Eu acho que talvez fosse esse foro. Eu o respeito. Tenho um carinho pelo Dr. Zakir, mas ele não terá oportunidade. O nome dele foi citado na “Folha de S.Paulo”.

Há um áudio que o envolve e a CPI ouviu picaretas do nível que nós tivemos hoje e o nosso... Eu diria nosso porque tem feito um trabalho muito bom na condução da Casa o Dr. Zakir e eu acho que deveríamos avaliar, inclusive, com o próprio, a oportunidade e a possibilidade de ouvi-lo.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se ele desejar ser ouvido, ele comparece aqui na próxima reunião e nós decidimos. Não vejo problema. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Aliás, quero fazer até uma justiça...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Na verdade, eu não vejo nenhum problema. Eu não vejo problema em nenhum dos dois requerimentos. Eu, como presidente, sou forçado a seguir, de forma...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu vou pedir a vista do item 6, também, que é o do Marcel, que acho que não foi pedido.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O item 6 era o único que restava na pauta. Então, há pedido de vista.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, eu quero vista conjunta de todos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Aqueles que V. Exa. ainda não pediu?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - De todos que eu puder pedir.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental. (Vozes fora do microfone.)

Não, deputada. Só quem é membro ou suplente, na ausência do membro... Então, tudo...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu só quero fazer uma justiça, rapidamente. Eu estou aqui, falando da importância de vir o Zakir aqui para não ter nenhuma dúvida. No processo de ocupação da Assembleia, teve um papel importante. Dialogou a todo momento com os estudantes. Dialogou com os deputados. Foi uma ação muito importante, mas não dá para ter dúvida. Diante da informação que chega à CPI, não atuarmos nesse sentido... Chegou a informação oficial, deputado. Está aqui. Não vamos fazer nada diante dela? Aí, fica a dúvida, deputado Barros Munhoz.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Naquilo que V. Exa. ainda não pediu vista é concedida vista conjunta. Eu não sei, agora, dizer... Todos os itens... Todos aqueles em que houver... Que ainda não foi pedido, deputado...

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*